Multiner S.A.

Relatório sobre a revisão de informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas em 30 de setembro de 2025

Ref.: Relatório nº 25AMJ-017-PB

Índice

	Página
Relatório trimestral	3
Relatório sobre a revisão de informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas	13
Informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas	16
Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas referentes ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2025	23

Multiner S.A.

Relatório Trimestral 3T25

Em cumprimento às disposições estatuárias e legais, submetemos o Relatório Trimestral e as Informações Contábeis Intermediárias individuais e consolidadas relativas ao trimestre e período de nove meses findos em 30 de setembro de 2025 (“3T25” e “9M25”) da Multiner S.A. (“Companhia” ou “Multiner”).

O presente Relatório da Administração cumpre a exigência do “CPC 21_R1 Demonstrações Intermediárias” e é apresentado de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Contábeis Intermediárias individuais e consolidadas.

O presente Relatório da Administração deve ser lido em conjunto com as Informações Contábeis Intermediárias. As informações estão apresentadas em reais mil e em base consolidada, exceto quando indicado de outra forma. Efeitos de arredondamentos podem causar diferenças nas variações percentuais, quando comparadas às Informações Contábeis Intermediárias.

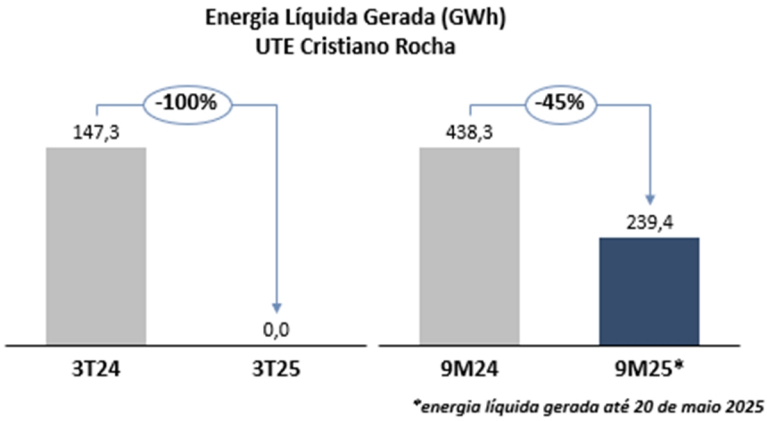
Destaques dos Períodos

	Consolidado			Consolidado		
	3T25	3T24	Δ %	9M25	9M24	Δ %
Receita operacional líquida	16.426	37.201	-56%	134.438	137.570	-2%
Resultado bruto	(21.612)	(8.210)	163%	1.393	6.007	-77%
Margem bruta	***-132%***	***-22%***	***-110 p.p.***	***1%***	***4%***	***-03 p.p.***
EBITDA	(12.913)	25.450	-151%	48.060	69.772	-31%
Margem EBITDA	***-79%***	***68%***	***-147 p.p.***	***36%***	***51%***	***-15 p.p.***
Lucro líquido do período	12.411	11.508	8%	39.888	30.722	30%

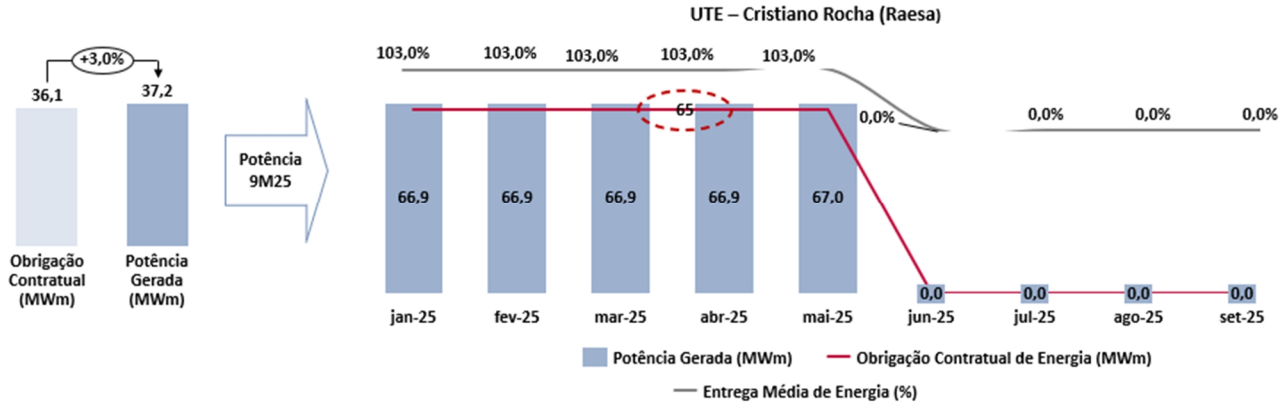
Desempenho Operacional – UTE Cristiano Rocha

A controlada indireta RAESA, foi detentora do direito de uso da UTE Cristiano Rocha cuja potência total instalada é de 91,75 MW. O prazo de vigência do contrato de fornecimento de energia da controlada indireta RAESA terminou em 20 de maio de 2025 (vide Nota Explicativa nº 1), com isso, os números de geração apresentados a seguir consideram o período de operação comercial de janeiro a maio de 2025 e não há apresentação do desempenho operacional para o 3T25.

No gráfico abaixo é apresentado o comparativo da geração mensal líquida em GWh da UTE Cristiano Rocha no 3T25 x 3T24 e no 9M25 x 9M24:



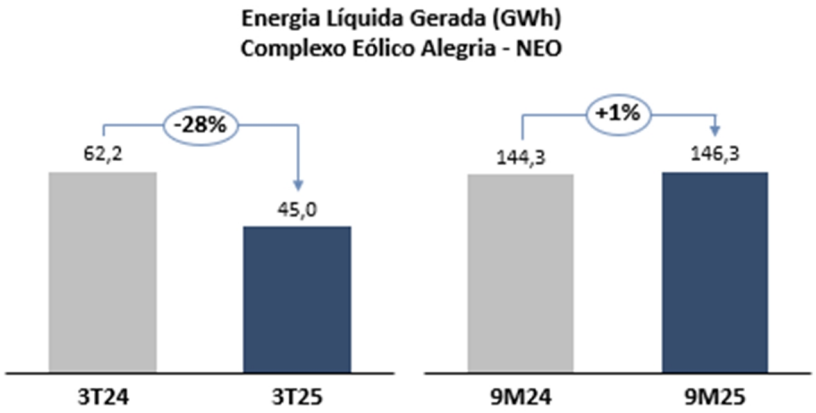
O gráfico abaixo apresenta os dados de potência gerada mensalmente (MWm), entrega média de energia (%) e obrigação contratual de energia (MWm) no 9M25 da UTE Cristiano Rocha:



Desempenho Operacional - Complexo Eólico Alegria - NEO

A controlada New Energy Options Geração de Energia S.A. (“NEO”) possui dois parques eólicos: Alegria I e II, com capacidade total instalada de 151,80 MW e está localizada na cidade de Guamaré/RN. Os Parques Eólicos estão em operação comercial desde dezembro de 2010 e dezembro de 2011, respectivamente. O Complexo Eólico Alegria está inserido no âmbito do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (“PROINFA”) e possui contratos de compra e venda de energia (*Power Purchase Agreements - PPAs*), com vigência até 2030 com a ENBPAR – Empresa Brasileira de Participações em Energia Nuclear e Binacional S.A.

No gráfico abaixo é apresentado o comparativo da geração mensal líquida em GWh Complexo Eólico Alegria no 3T25 x 3T24 e no 9M25 x 9M24:

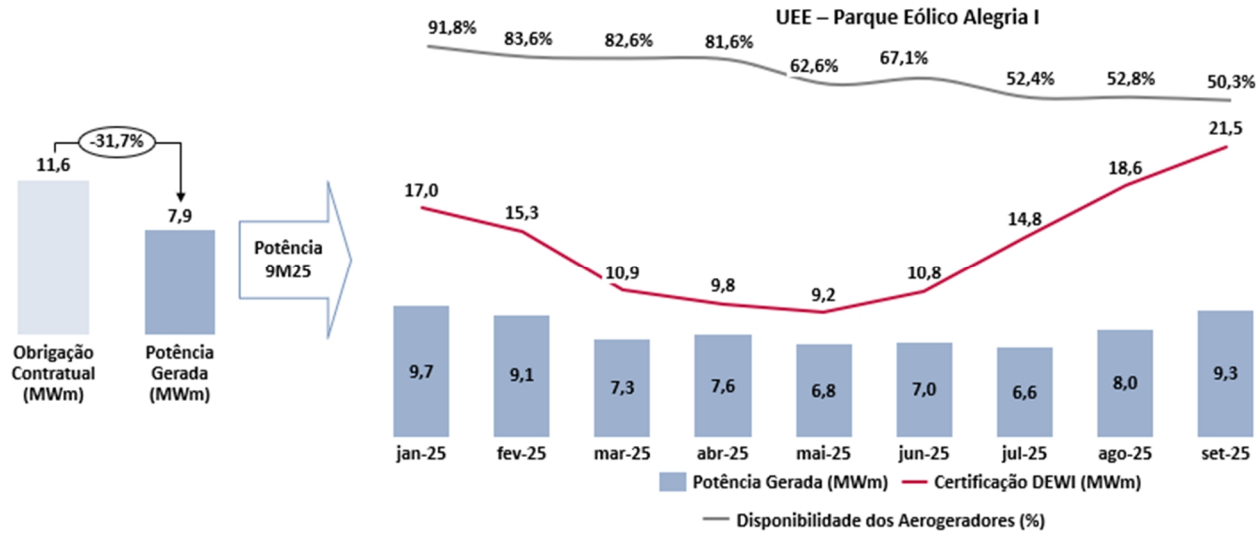


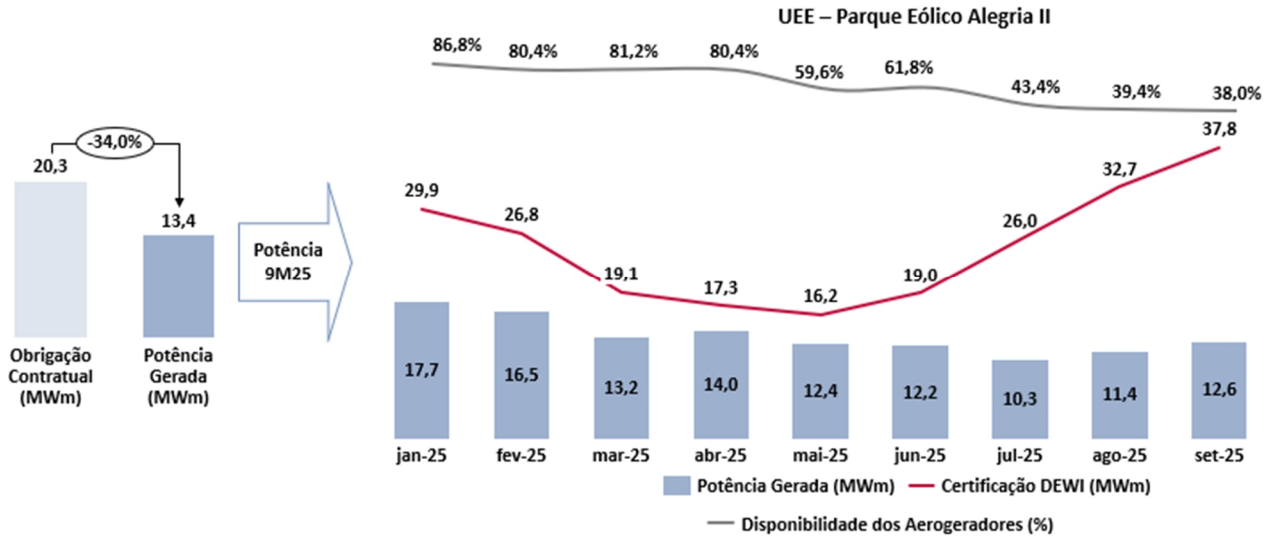
A geração liquida do 3T25 do Parque Alegria I atingiu 18,5 GW frente a 22,5 GW no 3T24, uma redução de 18% entre trimestres, já o Parque Alegria II atingiu 26,5 GW no 3T25 frente a 39,8 GW no 3T24, uma redução de 33% entre trimestres.

Em relação ao 9M25, o Parque Alegria I atingiu uma geração líquida acumulada de 54,6 GW frente 51,8 GW no 9M24, um acréscimo de 6% entre períodos, já o Parque Alegria II registrou uma geração líquida acumulada de 91,7 GW no 9M25 frente a 92,5 GW no 9M24, uma ligeira redução de 1% entre períodos.

A redução na geração de energia líquida observada no 3T25 do Parque Eólico Alegria I e II ocorreu pela piora na média da velocidade dos ventos e restrições impostas pelo ONS, que equivalem a 20% e 60% respectivamente no impacto da redução da geração de energia. No 3T25 a média da velocidade dos ventos do Parque Eólico Alegria I e II foi de 14,2 versus 14,5 no 3T24, uma redução de 2% entre períodos. Já no 9M25 a média da velocidade dos ventos do Parque Eólico Alegria I e II foi de 12,9 frente a 11,9 no 9M24, uma melhora de 8% entre períodos, que por sua vez, já tinha sido observada nos trimestres anteriores.

Os gráficos abaixo apresentam os dados de potência gerada mensalmente (MWm), entrega média de energia (%) e obrigação contratual de energia (MWm) no 9M25 dos Parques Eólicos Alegria I e II:





Saúde, Segurança e Meio Ambiente

A controlada NEO encerrou o período com 40 dias sem acidentes com afastamento, registrando o último acidente em afastamento em 21 de agosto de 2025.

A Companhia entende que todos os acidentes podem e devem ser evitados, e que a excelência na busca de ambientes mais seguros, e colaboradores conscientes de suas responsabilidades sociais e ambientais, são metas permanentes da Administração. Nesse sentido a Companhia mantém um rigoroso programa de Gestão de Riscos com mapeamento detalhado de cada atividade executada na usina.

Compliance

Em consonância com a Lei 12.846/13, a Administração da Companhia, buscando estruturar-se à prevenção a fraude, governança corporativa e devida adequação aos processos internos, conta com uma estrutura de Compliance, que entre outros objetivos, busca assegurar, em conjunto com as demais áreas, a adequação e o fortalecimento do sistema de controles internos, procurando mitigar riscos de acordo com a complexidade de seus negócios e, ainda, disseminar a cultura de controles para o cumprimento das leis, contribuindo, desta forma, para o crescimento da percepção externa de valor de sua Governança Corporativa.

A Multiner é membro do IBGC – Instituto Brasileiro de Governança Corporativa e o programa de Compliance da Companhia está alicerçado nas melhores práticas de mercado observando os requisitos da ISO 19.600 (Sistema de Gestão de Compliance), ISO 37.001 (Sistema de Gestão Antissuborno) e Lei 12.846/2013 (Lei Anticorrupção). A estrutura do Programa de Compliance da Companhia é composta das seguintes linhas estratégicas: Avaliação de Riscos, Estruturação de Papéis e Responsabilidades, Código de Ética, Elaboração de Políticas e Procedimentos, Gestão de Controles Internos e Gestão de Canal de Denúncias, bem como realização de *due diligence* de fornecedores no momento de sua respectiva contratação, através de uma plataforma tecnológica.

Desempenho Econômico-Financeiro*

** Em base consolidada e em reais mil*

	Consolidado				Consolidado			
	3T25	3T24	Δ R$	Δ %	9M25	9M24	Δ R$	Δ %
Receita operacional bruta	**22.124**	**46.478**	**(24.354)**	-52%	**156.272**	**165.295**	**(9.023)**	-5%
Deduções da Receita	(5.698)	(9.277)	3.579	-39%	(21.834)	(27.725)	5.891	-21%
Receita operacional líquida	**16.426**	**37.201**	**(20.775)**	**-56%**	**134.438**	**137.570**	**(3.132)**	**-2%**
(-) Custo operacionais	(38.038)	(45.411)	7.373	-16%	(133.045)	(131.563)	(1.482)	1%
Resultado Bruto	**(21.612)**	**(8.210)**	**(13.402)**	**163%**	**1.393**	**6.007**	**(4.614)**	**-77%**
Margem bruta	**-132%**	**-22%**		**-110 p.p.**	**1%**	**4%**		**-03 p.p.**
Despesas gerais e administrativas	(3.763)	15.623	(19.386)	-124%	(13.134)	9.626	(22.760)	-236%
Outras (despesas) receitas	7	5	2	40%	701	5	696	13920%
Resultado de equivalência patrimonial	(3)	-	(3)	0%	(3)	-	(3)	0%
Resultado operacional antes dos efeitos financeiros	**(25.371)**	**7.418**	**(32.789)**	**-442%**	**(11.043)**	**15.638**	**(26.681)**	**-171%**
Receitas financeiras	66.231	52.079	14.152	27%	150.317	149.415	902	1%
Despesas financeiras	(19.195)	(46.412)	27.217	-59%	(88.184)	(128.249)	40.065	-31%
Resultado financeiro líquido	**47.036**	**5.667**	41.369	**730%**	**62.133**	**21.166**	40.967	**194%**
Resultado antes do IR e CS	**21.665**	**13.085**	**8.580**	**66%**	**51.090**	**36.804**	**14.286**	**39%**
IRPJ/CSLL corrente	(6.571)	(171)	(6.400)	3743%	(20.867)	(15.816)	(5.051)	32%
IRPJ/CSLL diferido	923	922	1	0%	2.766	2.765	1	0%
Incentivos fiscais	(3.606)	(2.328)	(1.278)	55%	6.899	6.969	(70)	-1%
Lucro líquido do período	**12.411**	**11.508**	**903**	**8%**	**39.888**	**30.722**	**9.166**	**30%**

Receita Operacional Bruta

A Companhia encerrou o 3T25 com uma receita operacional bruta de R$ 22.124 mil frente a R$ 46.478 mil no 3T24, uma redução de R$ (24.354) mil ou -52% entre períodos, sendo que desta variação: (i) redução de R$ (11.437) mil refere-se à diminuição na entrega de energia da controlada NEO; e (ii) redução de R$ (12.748) mil refere-se ao encerramento da venda de energia contratada da controlada indireta RAESA, em razão da reversão da UTE Cristiano Rocha ocorrida em 20 de maio de 2025 (vide Nota Explicativa nº 1).

Já em relação ao 9M25, a Companhia encerrou o período com uma receita operacional bruta total de R$ 156.272 mil, uma redução de R$ (9.023) mil ou -5% em relação ao montante de R$ 165.295 mil apurado no 9M24, também impactado pela piora na entrega de energia da controlada NEO e interrupção da receita operacional da controlada indireta RAESA.

	3T25	3T24	Δ R$	Δ %	9M25	9M24	Δ R$	Δ %
Venda de energia contratada	22.124	33.560	(11.436)	-34%	135.797	127.014	8.783	7%
Receita com operação e manutenção - O&M	-	12.748	(12.748)	-100%	20.401	37.926	(17.525)	-46%
Outras receitas operacionais	-	170	(170)	-100%	74	355	(281)	-79%
Receita operacional bruta	**22.124**	**46.478**	**(24.354)**	**-52%**	**156.272**	**165.295**	**(9.023)**	**-5%**

Receita Operacional Líquida

Em relação à receita operacional líquida, a Companhia encerrou o 3T25 em R$ 16.426 mil frente a R$ 37.201 mil no 3T24, uma redução de R$ (20.775) mil ou -56% impactado substancialmente pela menor entrega de energia da controlada NEO e término da receita operacional da controlada indireta RAESA, em razão da reversão da UTE Cristiano Rocha ocorrida em 20 de maio de 2025 (vide Nota Explicativa nº 1).

Em relação ao 9M25, a receita operacional líquida da Companhia apresentou uma ligeira redução de R$ (3.132) mil ou -2%, apresentando assim um montante de R$ 134.438 mil no 9M25 frente a R$ 137.570 mil no 9M24.

	3T25	3T24	Δ R$	Δ %	9M25	9M24	Δ R$	Δ %
Receita operacional bruta	**22.124**	**46.478**	**(24.354)**	**-52%**	**156.272**	**165.295**	**(9.023)**	**-5%**
PIS e Cofins sobre faturamento	(5.022)	(5.656)	634	-11%	(15.341)	(16.867)	1.526	-9%
ICMS s/ faturamento	-	(3.174)	3.174	-100%	(5.095)	(9.522)	4.427	-46%
P&D s/faturamento	(676)	(447)	(229)	51%	(1.398)	(1.336)	(62)	5%
Receita operacional líquida	**16.426**	**37.201**	**(20.775)**	**-56%**	**134.438**	**137.570**	**(3.132)**	**-2%**

Custos Operacionais

A Companhia encerrou o 3T25 com os custos operacionais no patamar de R$ (38.038) mil, uma redução de R$ (7.373) mil ou -16% frente ao montante de R$ (45.411) mil registrado no 3T24. A redução dos custos operacionais do 3T25 foi impactada por: (i) redução de R$ (3.051) relativo aos custos de depreciação e amortização em razão da mudança da vida útil dos ativos fixos da controlada indireta Raesa; (ii) redução de R$ (1.832) mil de salários e encargos relativos aos desligamentos ocorridos na controlada indireta RAESA, tendo em vista o encerramento do contrato de fornecimento de energia ocorrido em 20 de maio de 2025 (vide Nota Explicativa nº 1) e (iii) redução de R$ (1.176) mil com custos de seguros, tendo em vista a não renovação dos seguros operacionais e civis da controlada indireta Raesa.

Já em relação ao 9M25, os custos operacionais da Companhia totalizaram R$ (133.045) mil frente a R$ (131.563) mil no 9M24, uma variação de R$ (1.482) mil ou +1% entre períodos, ocorrido, em sua maioria, pelo acréscimo de R$ (7.612) mil dos custos de depreciação e amortização, porém compensado pela redução de R$ 4.299 mil nos custos de operação e manutenção em razão do trabalho do reparo das pás eólicas da controlada NEO ocorrido no 9M24.

	3T25	3T24	Δ R$	Δ %	9M25	9M24	Δ R$	Δ %
Depreciação e Amortização	(14.608)	(17.659)	3.051	-17%	(60.056)	(52.444)	(7.612)	15%
Operação e Manutenção	(16.869)	(17.901)	1.032	-6%	(46.280)	(50.579)	4.299	-8%
Encargos de uso e conexão do sistema de transmissão	(4.291)	(5.124)	833	-16%	(14.492)	(14.182)	(310)	2%
Salários e encargos	(201)	(2.033)	1.832	-90%	(5.038)	(6.068)	1.030	-17%
Seguros	(423)	(1.599)	1.176	-74%	(3.230)	(4.708)	1.478	-31%
Outros custos	(1.646)	(1.095)	(551)	50%	(3.949)	(3.582)	(367)	10%
Total custos operacionais	**(38.038)**	**(45.411)**	**7.373**	**-16%**	**(133.045)**	**(131.563)**	**(1.482)**	**1%**

Despesas Gerais e Administrativas

A rubrica de despesa gerais e administrativas do 3T25 atingiu R$ (3.763) mil, uma redução de R$ (19.386) mil ou -124% em relação ao montante de R$ 15.623 mil registrado no 3T24, impactada principalmente pela redução de R$ (19.114) mil referente à (provisão) e reversão de passivos contingentes da controlada NEO que tiveram mudança de classificação de risco no 3T24.

No 9M25, a rubrica de despesas gerais e administrativas totalizou R$ (13.134) mil, um acréscimo de R$ (22.760) mil em relação ao montante de R$ 9.626 mil do 9M24. A variação na rubrica no período ocorreu, principalmente, pela (provisão) e reversão de passivos contingentes da controlada NEO que tiveram mudança de classificação de risco no 9M24.

	3T25	3T24	Δ R$	Δ %	9M25	9M24	Δ R$	Δ %
Serviços de terceiros	(1.330)	(2.244)	914	-41%	(5.481)	(6.196)	715	-12%
Depreciação	(42)	(482)	440	-91%	(128)	(482)	354	-73%
Pessoal e administradores	(3.060)	(1.451)	(1.609)	111%	(5.171)	(3.126)	(2.045)	65%
(Provisão) reversão de passivos contingentes	792	19.906	(19.114)	-96%	(1.309)	21.037	(22.346)	-106%
Outras despesas	(123)	(106)	(17)	16%	(1.045)	(1.607)	562	-35%
Total despesas gerais e administrativas	**(3.763)**	**15.623**	**(19.386)**	**-124%**	**(13.134)**	**9.626**	**(22.760)**	**-236%**

Outras Receitas e Despesas Operacionais

A rubrica de outras receitas operacionais apresentou um saldo de R$ 7 mil no 3T25 frente a R$ 5 mil no 3T24, já no 9M25 o total de outras receitas e despesas operacionais foi de R$ 701 mil frente a R$ 5 mil no 9M24, em razão do ressarcimento de glosa de R$614 mil da controlada NEO.

EBITDA

No 3T25 a Companhia atingiu um EBITDA negativo de R$ (12.913) mil frente a um EBITDA positivo de R$ 25.450 mil no 3T24, uma variação negativa de R$ (38.363) mil, já no 9M25 a Companhia atingiu um EBITDA positivo de R$ 48.060 mil frente a um EBITDA positivo de R$ 69.772 mil no 9M24. Apesar da melhora do lucro líquido apurado em ambos os períodos, as reduções do EBITDA do 3T25 e do 9M25 foram impactadas pela variação das receitas e despesas financeiras líquidas fruto dos acordos realizados no 3T25 com os credores Spesi e Celos da controlada indireta Raesa (vide Nota Explicativa nº 18) e pela reversão da UTE Cristiano Rocha ocorrida em 20 de maio de 2025 (vide Nota Explicativa nº 1).

EBITDA	3T25	3T24	Δ R$	Δ %	9M25	9M24	Δ R$	Δ %
Lucro líquido do período	**12.411**	**11.508**	**903**	**8%**	**39.888**	**30.722**	**9.166**	**30%**
(+/-) receitas/despesas financeiras líquidas	(47.036)	(5.667)	(41.369)	730%	(62.133)	(21.166)	(40.967)	194%
(+/-) tributos sobre o lucro (IRPJ/CSLL)	9.254	1.577	7.677	487%	11.202	6.082	5.120	84%
(+) depreciação, amortização e exaustão	12.458	18.032	(5.574)	-31%	59.103	54.134	4.969	9%
EBITDA	**(12.913)**	**25.450**	**(38.363)**	**-151%**	**48.060**	**69.772**	**(21.712)**	**-31%**
Margem EBITDA	**-79%**	**68%**		***-147 p.p.***	**36%**	**51%**		***-15 p.p.***

Endividamento

O endividamento da Companhia é composto por debêntures públicas, Cédula de Crédito Bancário (CCB) junto a Fundos de Pensão e financiamento junto ao Banco BNB.

A Companhia encerrou o 3T25 com um endividamento bruto, no valor de R$ 854.260 mil, montante 42% menor ao saldo registrado em 31 de dezembro de 2024, de R$ 1.467.813 mil, em razão dos acordos realizados no 3T25 com os credores Spesi e Celos da controlada indireta Raesa (vide Nota Explicativa nº 18).

Já em termos de caixa e disponibilidades, a Companhia encerrou o 3T25 com R$ 224.212 mil versus R$ 607.270 mil em 31 de dezembro de 2024, uma redução de R$ 383.058 mil, impactada também pelos acordos firmados com credores da controlada indireta Raesa, com isso o saldo final apurado da dívida líquida atingiu R$ 630.048 mil no 3T25 frente a R$ 860.543 mil em 31 de dezembro de 2024.

	30.09.2025	31.12.2024	Δ R$	Δ %
(+) Total de disponibilidades	**224.212**	**607.270**	**(383.058)**	**-63%**
Caixa	125	1.445	(1.320)	-91%
Aplicações Financeiras	224.087	605.825	(381.738)	-63%
(-) Total de empréstimos e financiamentos	**854.260**	**1.467.813**	**(613.553)**	**-42%**
(=) Disponibilidades (dívida) líquida	**(630.048)**	**(860.543)**	**230.495**	**-27%**

Debêntures

No 3T25 o saldo devedor das debêntures da Multiner é de R$ 24.561 mil (R$ 23.052 mil em 31 de dezembro de 2024), sendo contabilizado 100% no passivo circulante.

Resultado Financeiro

O resultado financeiro do 3T25 atingiu o saldo líquido positivo de R$ 47.036 mil frente a R$ 5.667 mil positivo no 3T24. As principais variações apuradas nas receitas financeiras entre trimestres foram: (i) redução de R$ (30.508) mil decorrente da receita e juros sobre arrendamento financeiro referente ao encerramento da receita de suprimento de venda de energia do contrato firmado entre RAESA e Amazonas Energia (vide Nota Explicativa nº 1); e (ii) acréscimo em outras receitas financeiras em razão do desconto obtido através do pagamento de financiamento com o credor Celos (vide Nota Explicativa nº 18.2) da controlada indireta Raesa no valor de R$ 50.549 mil. Em relação às despesas financeiras, as variações mais relevantes entre trimestres foram: (i) redução de R$ (25.108) mil em juros e variações monetárias sobre empréstimos em função dos acordos realizados com os credores Spesi e Celos (vide Nota Explicativa nº 18).; e (ii) redução de outras despesas financeiras referente, principalmente, a redução de juros com fornecedores da controlada indireta Raesa.

No 9M25 o resultado financeiro líquido da Companhia atingiu o saldo líquido positivo de R$ 62.133 mil frente a R$ 21.166 mil positivo no 9M24, um acréscimo de R$ 40.967 mil. As principais variações apuradas nas receitas financeiras entre períodos foram: (i) redução de R$ (55.298) mil decorrente da receita e juros sobre arrendamento financeiro referente ao encerramento da receita de suprimento de venda de energia do contrato firmado entre RAESA e Amazonas Energia (vide Nota Explicativa nº 1) e (ii) acréscimo em outras receitas financeiras em razão, principalmente, do desconto obtido através do acordo firmado com o credor Celos (vide Nota Explicativa nº 18.2) no valor de R$ 50.549 mil. Já em relação às despesas financeiras do 9M25, as variações mais relevantes no período foram: (i) redução de R$ 36.496 mil em juros e variações monetárias sobre empréstimos e financiamentos em função dos acordos realizados; (ii) acréscimo de R$ (2.637) relativos a acréscimos contratuais fruto de parcelamentos com fornecedores; e (iii) redução de R$ (6.557) mil em outras despesas financeiras refere-se principalmente ao evento não recorrente do IOF da controladora Multiner ocorrido no 9M24 no valor de R$ 5.536 mil.

	3T25	3T24	Δ R$	Δ %	9M25	9M24	Δ R$	Δ %
Receita sobre aplicação financeira	12.279	18.239	(5.960)	-32,7%	53.377	48.072	5.305	11,0%
Receita e juros de arrendamento financeiro	-	30.508	(30.508)	-100,0%	36.447	91.745	(55.298)	-60,3%
Bônus adimplência	1.719	1.969	(250)	-12,7%	5.572	6.077	(505)	-8,3%
Outros juros ativos	1.422	1.361	61	4,5%	3.577	3.317	260	7,8%
Outras receitas financeiras	50.811	2	50.809	2540450,0%	51.344	204	51.140	25068,6%
Total receitas financeiras	**66.231**	**52.079**	**14.152**	**27%**	**150.317**	**149.415**	**902**	**1%**
Juros e variação monetária sobre empréstimos e debêntures	(13.284)	(38.392)	25.108	-65,4%	(59.343)	(95.839)	36.496	-38,1%
Acréscimos contratuais	(3.521)	(3.617)	96	-2,7%	(16.232)	(13.595)	(2.637)	19,4%
Atualização de arrendamentos	(711)	(728)	17	-2,3%	(2.098)	(2.237)	139	-6,2%
Provisão para desmobilização	(482)	(441)	(41)	9,3%	(3.065)	(2.575)	(490)	19,0%
Outras despesas financeiras	(1.197)	(3.234)	2.037	-63,0%	(7.446)	(14.003)	6.557	-46,8%
Total despesas financeiras	**(19.195)**	**(46.412)**	**27.217**	**-59%**	**(88.184)**	**(128.249)**	**40.065**	**-31%**
Total resultado financeiro	**47.036**	**5.667**	**41.369**	**730%**	**62.133**	**21.166**	**40.967**	**194%**

Declaração dos Diretores

Os Diretores da Multiner S.A. declaram que reviram, discutiram e concordam com as Informações Contábeis Intermediárias individuais e consolidadas relativas ao trimestre e período encerrados em 30 de setembro de 2025, e com as opiniões expressas no relatório de revisão de informações intermediárias da Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.

Aviso Legal

Esse relatório foi preparado tendo como objetivo indicar e explanar a situação atual e o andamento dos negócios da Companhia. Este documento é de propriedade da Multiner S.A., e não poderá ser utilizado, para qualquer outro fim, sem a prévia autorização.

As informações contidas neste documento refletem as atuais condições e os entendimentos da Administração até a presente data, estando sujeitas a alterações. Todas as informações relevantes, ocorridas no período e utilizadas pela Administração na gestão da Companhia, estão notabilizados neste documento e nas Informações Contábeis Intermediárias Individuais e Consolidadas relativas ao período encerrado em 30 de setembro de 2025.

A Companhia encontra-se à disposição para eventuais dúvidas através do e-mail: ri@multiner.com.br ou através do telefone +55 11 4380-9250.

Relatório sobre a revisão de informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.
Av. Eng. Luiz Carlos Berrini, 105 - 12ª andar, Itaim Bibi - São Paulo (SP)
Brasil
T +55 11 3886-5100
www.grantthornton.com.br

Aos Administradores e Acionistas da
Multiner S.A.
São Paulo – SP

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas da Multiner S.A. (Companhia), contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referente ao trimestre findo em 30 de setembro de 2025, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e nove meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido (passivo a descoberto) e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas de acordo com a NBC TG 21 – Demonstração intermediária e com a norma internacional IAS 34 – *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board (Iasb)*, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Imobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 "Revisão de informações intermediárias executadas pelo auditor da entidade" e ISRE 2410 "*Review of financial information performed by the independent auditor of the entity*", respectivamente). A revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, consequentemente, não nos permitiu obter uma segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria, portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

© 2025 Grant Thornton Auditores Independentes Ltda. Todos os direitos reservados

Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo como a NBC TG 21 e a IAS 34, aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais (ITR), e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Imobiliários (CVM).

Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional

Chamamos a atenção para o fato descrito na Nota Explicativa nº 1.1, em 30 de setembro de 2025, segundo a qual a Companhia apresentava prejuízos acumulados no montante de R$1.472.675 mil, patrimônio líquido negativo (passivo a descoberto) individual no montante de R$160.801 mil e consolidado no montante de R$171.137 mil e, naquela data, o passivo circulante excedia o ativo circulante individual no montante de R$25.064 mil e consolidado no montante de R$28.070 mil. A referida nota explicativa divulga certas ações que estão sendo implementadas pela administração da Companhia para a reversão desse cenário, notadamente quanto às renegociações das dívidas. A continuidade operacional da Companhia e de suas controladas depende da capacidade de a administração executar os planos de negócio aprovados pelo Conselho de Administração e do sucesso das ações que estão sendo tomadas pela administração, principalmente os processos de renegociação das dívidas. As informações contábeis intermediárias não incluem nenhum ajuste que possa surgir do resultado dessa incerteza. Nossa conclusão não contém ressalva em relação a esse assunto.

Ênfase

Contrato de reorganização e procedimento arbitral

Conforme Nota Explicativa nº 1.2, em 05 de abril de 2022, foi proferida sentença arbitral definitiva, por meio da qual o tribunal arbitral rejeitou os pedidos de resolução do Contrato de Reorganização e de Financiamento (“Contrato de Reorganização”) apresentados pelo Multiner Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia (“FIP”), Bolognesi Energia S.A. e Brasilterm Energia S.A. ("Partes"), determinando a manutenção do Contrato de Reorganização e o cumprimento de determinadas obrigações nele prevista. Em agosto de 2022, as partes firmaram o “Termo de Compromisso para Suspensão Temporária de Demandas” (“Termo de Compromisso”) e iniciaram tratativas para acordar a forma de continuidade do Contrato de Reorganização. Ainda, conforme divulgado na referida Nota Explicativa, em abril de 2024 as Partes celebraram o Instrumento Particular de Transação, Quitação e Outras Avenças (“Instrumento”), para fins de buscar a construção de uma solução extrajudicial que implementará o objetivo atual do FIP de desinvestimento estruturado na Companhia, com a consequente suspensão de toda e qualquer demanda judicial, arbitral ou extrajudicial entre Partes pelo prazo de 180 dias, prorrogáveis por mais 90 dias. Em fevereiro de 2025, as partes celebraram o 2o aditivo do Instrumento Particular de Transação, Quitação e Outras Avenças, que estendeu o prazo até 31 de março de 2025. O Instrumento contém condições precedentes para ambas as partes que precisam ser realizadas no prazo para finalização e validação dos seus efeitos. Até a data desse relatório o prazo previsto encontra-se vencido e as partes encontram-se em tratativas para efeito de sua continuidade e/ou aditamento dos prazos.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As informações trimestrais acima referidas incluem as demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2025, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins da IAS 34. Essas demonstrações foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

São Paulo, 14 de novembro de 2025

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-025.583/O-1

Edinilson Attizani
Contador CRC 1SP-293.919/O-7

Multiner S.A.

Balanços patrimoniais em 30 de setembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais)

		Controladora		Consolidado	
	Nota	30.09.2025	31.12.2024	30.09.2025	31.12.2024
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	3	51	224.212	607.270
Contas a receber	5	-	-	30.300	69.443
Tributos a recuperar	7	279	293	31.142	17.728
Arrendamento financeiro	9.1	-	-	-	22.463
Estoques	9	-	-	6.365	22.186
Despesas antecipadas	20.1	55	58	937	2.522
Adiantamento a fornecedores	6	16	9	2.616	3.541
Outros créditos ativo	20.1	215	216	215	230
Total ativo circulante		**568**	**627**	**295.787**	**745.383**
Não circulante					
Tributos a recuperar	7	-	-	58.023	60.718
Depósitos judiciais	20.1	7.873	7.100	8.482	8.944
Partes relacionadas	8.1	412.175	410.361	408.117	408.117
Outros créditos	20.1	4.207	3.321	2.242	3.321
Depósitos vinculados	14	-	-	130.728	149.069
Propriedade para investimento	10	3.444	3.443	3.444	3.443
Investimento	13.1	4.948	4.971	-	-
Imobilizado	15	173	193	488.654	540.408
Intangível	11	217	133	52.509	59.858
Ativo de direito de uso	9.2	-	-	10.809	12.227
Total ativo não circulante		**433.037**	**429.522**	**1.163.008**	**1.246.105**
Total ativo		**433.605**	**430.149**	**1.458.795**	**1.991.488**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas.

Multiner S.A.

Balanços patrimoniais em 30 de setembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais)

		Controladora		Consolidado	
	Nota	30.09.2025	31.12.2024	30.09.2025	31.12.2024
Passivo					
Circulante					
Fornecedores	16	459	137	10.904	10.919
Obrigações sociais e trabalhistas	20.2	169	159	672	761
Obrigações tributárias	17.1	443	439	11.577	8.371
Empréstimos e financiamentos	18	-	-	104.046	1.012.125
Debêntures	18	24.561	23.052	24.561	23.052
Passivos de arrendamento	9.2	-	-	872	874
Outras obrigações	20.2	-	52	171.225	150.450
Total passivo circulante		**25.632**	**23.839**	**323.857**	**1.206.552**
Passivo não circulante					
Fornecedores	16	-	-	168.313	152.086
Empréstimos e financiamentos	18	-	-	725.653	432.636
Obrigações tributárias	17.1	-	-	53	-
Tributos diferidos	17.2	-	-	23.772	26.538
Passivos contingentes	22	-	831	6.045	4.191
Partes relacionadas	8.1	100.984	87.091	302.360	302.132
Provisão para perda de investimento	13.1	467.790	517.416	9.183	9.180
Provisão para desmobilização de ativos	19	-	-	54.529	50.138
Passivos de arrendamento	9.2	-	-	16.167	17.076
Outras obrigações	20.2	-	-	-	1.984
Total passivo não circulante		**568.774**	**605.338**	**1.306.075**	**995.961**
Patrimônio líquido (passivo a descoberto)	21				
Capital social		855.828	855.828	855.828	855.828
Reserva de capital		543.916	543.916	543.916	543.916
Ajuste de avaliação patrimonial		(87.870)	(87.870)	(87.870)	(87.870)
Prejuízos acumulados		(1.472.675)	(1.510.902)	(1.472.675)	(1.510.902)
Total do patrimônio líquido (passivo a descoberto) atribuível aos acionistas controladores		**(160.801)**	**(199.028)**	**(160.801)**	**(199.028)**
Acionistas não controladores		**-**	-	(10.336)	(11.997)
Total do patrimônio líquido (passivo a descoberto)		**(160.801)**	**(199.028)**	**(171.137)**	**(211.025)**
Total do passivo e patrimônio líquido (passivo a descoberto)		**433.605**	**430.149**	**1.458.795**	**1.991.488**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas.

multiner

Multiner S.A.

Demonstrações dos resultados
para o trimestre e período de nove meses findos em 30 de setembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais, exceto o lucro por ação)

		Controladora		Controladora		Consolidado		Consolidado	
		Período de nove meses findo em 30 de setembro		Período de três meses findo em 30 de setembro		Período de nove meses findo em 30 de setembro		Período de três meses findo em 30 de setembro	
	Nota	30.09.2025	30.09.2024	30.09.2025	30.09.2024	30.09.2025	30.09.2024	30.09.2025	30.09.2024
Receita operacional bruta		-	-	-	-	**156.272**	**165.295**	**22.124**	**46.478**
Deduções da receita operacional bruta		-	-	-	-	(21.834)	(27.725)	(5.698)	(9.277)
Receita operacional líquida	23	-	-	-	-	**134.438**	**137.570**	**16.426**	**37.201**
Custos operacionais	24	-	-	-	-	(133.045)	(131.563)	(38.038)	(45.411)
Resultado bruto		-	-	-	-	**1.393**	**6.007**	**(21.612)**	**(8.210)**
Outras receitas (despesas) operacionais									
Gerais e administrativas	25.1	(2.337)	(1.972)	(464)	(659)	(13.134)	9.626	(3.763)	15.623
Outras receitas (despesas) operacionais	25.2	56	-	5	-	701	5	7	5
Resultado de equivalência patrimonial	13	48.696	43.900	13.439	14.552	(3)	-	(3)	-
Total receitas (despesas) operacionais, líquidas		**46.415**	**41.928**	**12.980**	**13.893**	**(12.436)**	**9.631**	**(3.759)**	**15.628**
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos		**46.415**	**41.928**	**12.980**	**13.893**	**(11.043)**	**15.638**	**(25.371)**	**7.418**
Receitas financeiras	26	726	119	271	18	150.317	149.415	66.231	52.079
Despesas financeiras	26	(8.914)	(12.808)	(2.263)	(2.805)	(88.184)	(128.249)	(19.195)	(46.412)
Receitas (despesas) financeiras líquidas		**(8.188)**	**(12.689)**	**(1.992)**	**(2.787)**	**62.133**	**21.166**	**47.036**	**5.667**
Resultado antes dos impostos		**38.227**	**29.239**	**10.988**	**11.106**	**51.090**	**36.804**	**21.665**	**13.085**
Imposto de renda e contribuição social corrente	27	-	-	-	-	(20.867)	(15.816)	(6.571)	(171)
Imposto de renda e contribuição social diferido	27	-	-	-	-	2.766	2.765	923	922
Incentivos fiscais (Sudam / Sudene)	27	-	-	-	-	6.899	6.969	(3.606)	(2.328)
Lucro líquido do período das operações continuadas		**38.227**	**29.239**	**10.988**	**11.106**	**39.888**	**30.722**	**12.411**	**11.508**
Lucro líquido do período atribuído aos sócios controladores		38.227	29.239	10.988	11.106	38.227	29.239	10.988	11.106
Lucro líquido do período atribuído aos sócios não controladores [1]		-	-	-	-	1.661	1.483	1.423	402

[1] O montante do lucro líquido do período atribuído aos sócios não controladores no consolidado, refere-se ao resultado do período atribuído aos acionistas minoritários na 2007 Participações S.A., controladora da Raesa. A participação de minoritários na 2007 é de 3,96%, sendo 2,95% da Radesca Participações Empresariais, 0,66% da JABR e 0,33% de José Carlos de Paula Magalhães.

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas.

Multiner S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes para o trimestre e período de nove meses findos em 30 de setembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)

	Controladora		Controladora		Consolidado		Consolidado	
	Período de nove meses findo em 30 de setembro		Período de três meses findo em 30 de setembro		Período de nove meses findo em 30 de setembro		Período de três meses findo em 30 de setembro	
	30.09.2025	30.09.2024	30.09.2025	30.09.2024	30.09.2025	30.09.2024	30.09.2025	30.09.2024
Lucro do período	38.227	29.239	10.988	11.106	39.888	30.722	12.411	11.508
Resultado abrangente total	**38.227**	**29.239**	**10.988**	**11.106**	**39.888**	**30.722**	**12.411**	**11.508**
Resultado atribuido aos:								
Acionistas controladores	38.227	29.239	10.988	11.106	38.227	29.239	10.988	11.106
Acionistas não controladores	-	-	-	-	1.661	1.483	1.423	402

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas.

Multiner S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido (passivo a descoberto) para o trimestre e período de nove meses findos em 30 de setembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)

		Reserva de capital						
	Capital social	Ágio na emissão de ações	Reserva de capital	Ajuste de avaliação patrimonial	Lucros / Prejuízos acumulados	Acionistas da empresa individual	Participação de não controladores	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**855.828**	**465.801**	**78.115**	**(87.870)**	**(1.466.978)**	**(155.104)**	**(11.863)**	**(166.967)**
Lucro do período	-	-	-	-	29.239	29.239	1.483	30.722
Saldos em 30 de setembro de 2024	**855.828**	**465.801**	**78.115**	**(87.870)**	**(1.437.739)**	**(125.865)**	**(10.380)**	**(136.245)**
Saldos em 31 de dezembro de 2024	**855.828**	**465.801**	**78.115**	**(87.870)**	**(1.510.902)**	**(199.028)**	**(11.997)**	**(211.025)**
Lucro do período	-	-	-	-	38.227	38.227	1.661	39.888
Saldos em 30 de setembro de 2025	**855.828**	**465.801**	**78.115**	**(87.870)**	**(1.472.675)**	**(160.801)**	**(10.336)**	**(171.137)**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas.

multiner

Multiner S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa para o trimestre e período de nove meses findos em 30 de setembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		30.09.2025	30.09.2024	30.09.2025	30.09.2024
Fluxo de caixa das atividades operacionais					
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social		**38.227**	**29.239**	**51.090**	**36.804**
Ajustes por:					
Resultado de equivalência patrimonial	13.1	(48.696)	(43.900)	3	-
Juros ativos sobre operações de mútuos	8.1	-	(10)	-	(395)
Juros passivos sobre operações de mútuos	8.1	7.260	5.138	-	1.238
Juros sobre debêntures	18	1.545	1.766	1.545	1.766
Juros ativos s/ empréstimos e financiamentos - CCBs	18	-	-	60.922	72.820
Juros e variação monetária sobre arrendamento financeiro - arrendador	9.2	-	-	(157)	(2.459)
Juros e variação monetárias s/ arrendamento mercantil - arrendatário	9.2	-	-	2.255	2.323
Variação monetária sobre debêntures	18	(36)	220	(36)	220
Variação monetária sobre empréstimos	18	-	-	(3.597)	6.965
Imposto de renda e contribuição social diferidos	27	-	-	(2.766)	(2.433)
Amortização de custo de transação	18	-	-	1.256	1.054
Depreciação e amortização	12 e 15	20	25	59.103	54.134
Amortização arrendamento - Direito de uso	9.2	(84)	-	1.575	1.567
Provisão (reversão) para contingências	25.1	(831)	2	1.854	(21.880)
Atualização de provisão para desmobilização de ativo	19	-	-	4.391	3.808
Desconto obtido	18.2	-	-	(50.549)	-
Outros		-	65	-	(45)
Variação nos ativos e passivos					
Contas a receber	5	-	-	39.143	2.471
Tributos a recuperar	7	14	14	(10.719)	19.622
Despesas antecipadas	20.1	3	-	1.585	-
Adiantamento a fornecedores	6	(7)	-	925	-
Depósitos judiciais	20.1	(773)	-	462	-
Estoque de peças	10	-	-	15.821	2.556
Outros créditos de ativos	20.1	(885)	(726)	1.094	577
Fornecedores	16	322	18	16.212	4.520
Obrigações tributárias	17.1	4	(61)	(7.943)	(873)
Obrigações sociais e trabalhistas	20.2	10	-	(89)	(6)
Outras obrigações	20.2	(52)	(459)	18.791	41.490
Serviços compartilhados	8.1	(977)	(3.802)	228	(3.214)
Pagamentos de empréstimos e financiamentos - juros	18	-	-	(55.438)	-
Amortização do arrendamento financeiro	9.1	-	-	22.463	18.351
Total caixa líquido gerado (utilizado) nas atividades operacionais		**(4.936)**	**(12.471)**	**169.424**	**240.981**
Fluxo de caixa de atividades de investimento					
Aquisição de imobilizado	15	-	-	-	(8)
Depósitos vinculados - contas reserva	14	-	794	18.341	(7.275)
Propriedade de investimento		(1)	-	(1)	-
Aporte de capital em controladas		-	-	-	-
Total caixa líquido gerado (utilizado) nas atividades de investimentos		**(1)**	**794**	**18.340**	**(7.283)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos					
Pagamento de arrendamento mercantil	9.2	-	-	(3.166)	(3.272)
Empréstimos concedidos a partes relacionadas	8.1	(1.814)	(12)	-	-
Recebimentos de empréstimos concedidos a partes relacionadas	8	3.628	2.382	-	8.741
Empréstimos e financiamentos obtidos com partes relacionadas	8.1	3.075	8.190	-	(3.546)
Pagamentos de empréstimos e financiamentos - principal	18	-	-	(567.656)	(88.723)
Total caixa líquido gerado (utilizado) nas atividades de financiamentos		**4.889**	**10.560**	**(570.822)**	**(86.800)**
Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa		**(48)**	**(1.117)**	**(383.058)**	**146.898**
Saldo no início do período	4	51	1.153	607.270	436.317
Saldo no final do período	4	3	36	224.212	583.215
Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa		**(48)**	**(1.117)**	**(383.058)**	**146.898**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas.

Multiner S.A.

Demonstrações dos valores adicionados para o trimestre e período de nove meses findos em 30 de setembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)

		Controladora		Consolidado	
	Nota	30.09.2025	30.09.2024	30.09.2025	30.09.2024
Receitas		56	-	**136.354**	**190.675**
Venda de energia	22	-	-	134.437	178.837
Outras receitas		56	-	1.530	5
(Provisão) reversão para perda	24.1 (ii)	-	-	387	11.833
Insumos adquiridos por terceiros		**(690)**	**(864)**	**(86.388)**	**(77.678)**
Serviços de terceiros		(1.478)	(861)	(44.454)	(53.666)
Materiais e outros		(43)	(1)	(36.460)	(33.513)
Perda/recuperação valores ativos		-	-	-	(11.768)
Provisão para contingências		831	(2)	(5.474)	21.269
Valor adicionado bruto		**(634)**	**(864)**	**49.966**	**112.997**
Retenções		**(87)**	**(24)**	**(54.896)**	**(54.133)**
Depreciação e amortização	11 e 14	(87)	(24)	(54.896)	(54.133)
Valor adicionado líquido produzido pela Entidade		**(721)**	**(888)**	**(4.930)**	**58.864**
Valor adicionado recebido em transferência		**49.380**	**44.019**	**158.483**	**125.981**
Resultado de equivalência patrimonial	12	48.655	43.900	-	-
Receitas financeiras	25	725	119	158.483	125.981
Valor adicionado a distribuir		**48.659**	**43.131**	**153.553**	**184.845**
Distribuição do valor adicionado		**48.659**	**43.131**	**153.553**	**184.845**
Pessoal		**1.367**	**890**	**8.903**	**7.942**
Remuneração direta		740	377	4.782	4.025
FGTS		12	9	234	227
Benefícios		79	55	1.488	1.448
Honorários dos administradores		536	449	2.399	2.242
Tributos		**151**	**143**	**4.122**	**39.021**
Federais		151	143	5.231	21.463
Diferido		-	-	(2.765)	(2.765)
Estaduais		-	-	245	20.318
Municipais		-	-	1.411	5
Remuneração de capitais de terceiros		**8.914**	**12.859**	**100.640**	**107.160**
Aluguéis		-	51	4.294	2.292
Despesas financeiras	25	8.914	12.808	96.346	104.868
Remuneração de capitais próprios		**38.227**	**29.239**	**39.888**	**30.722**
Lucro líquido do período		38.227	29.239	38.227	29.239
Participação dos não controladores		-	-	1.661	1.483
Valor adicionado distribuído		**48.659**	**43.131**	**153.553**	**184.845**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas.

1. Contexto operacional

A Multiner S.A. ("Multiner" ou "Companhia") é uma *holding* constituída na forma de sociedade anônima de capital aberto, categoria B, sediada na cidade de São Paulo, na Rua Leopoldo Couto de Magalhães Jr., nº 758, 15º andar, Bairro Itaim Bibi, e tem por objetivo a participação em outras sociedades como acionista ou sócia atuante no segmento de energia elétrica.

A estrutura acionária da Companhia, de forma consolidada, é formada por: **(i)** 72,22% de ações detidas pelo Multiner Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia, gerido pela Polo Capital Management e administrado pela *Planner* Corretora de Valores S.A., constituído sob a forma de condomínio fechado por entidades fechadas de previdência complementar (o "FIP Multiner"), 27,78% de ações detidas pela Brasilterm Energia S.A. e Bolognesi Energia S.A. (em conjunto com a Brasilterm Energia S.A., o "Grupo Bolognesi"). Estas são divididas em ações ordinárias e preferenciais da seguinte forma: **(i)** Ações Ordinárias: 51,91% detidas pelo Grupo Bolognesi, 48,09% detidas pelo FIP Multiner; e **(ii)** Ações Preferenciais: 99,99% detidas pelo FIP Multiner e 0,01% detidas pela Bolognesi Energia S.A.

Atualmente, a Companhia participa em usina de geração de energia elétrica de fonte eólica, cuja regulamentação está subordinada à Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME).

Os investimentos da Companhia, em 30 de setembro de 2025, possuem 151,80 MWh[1] de capacidade instalada (243,55 MWh[1] e capacidade instalada em 31 de dezembro de 2024).

Relação dos ativos de geração de energia elétrica:

Controladas	Fonte	Situação	Autorização ANEEL	Prazo do PPA		Início da Operação Comercial
				Início	Término	
New Energy Options Geração de Energia S.A. ("NEO") – Parque Alegria I	Eólica	Em operação	Resolução nº	07/03/2005	25/12/2030	30/12/2010
New Energy Options Geração de Energia S.A. ("NEO") – Parque Alegria II	Eólica	Em operação	Resolução nº	11/08/2004	30/08/2030	30/12/2011
Termelétrica Itapebi S.A. ("Itapebi")	Óleo	Outorga revogada em 10/07/2012				
Termelétrica Monte Pascoal S.A. ("Monte Pascoal")	Óleo	Outorga revogada em 10/07/2012				
Termelétrica Pernambuco IV S.A. ("Pernambuco IV")	Óleo	Outorga revogada em 24/04/2012				
Termelétrica Termopower V S.A. ("Termopower V")	Óleo	Outorga revogada em 13/09/2012				
Termelétrica Termopower VI S.A. ("Termopower VI")	Óleo	Outorga revogada em 13/09/2012				

Término do contrato de suprimento de energia da controlada indireta RAESA

A controlada indireta Rio Amazonas Energia S.A. ("RAESA") foi detentora do direito de uso da usina de geração de energia termelétrica a gás natural através da UTE Cristiano Rocha, que por sua vez, integra o sistema elétrico de Manaus como produtor independente através de outro Grupo Econômico, suprindo energia elétrica à distribuidora local Amazonas Geração e Transmissão de Energia S.A. ("Amazonas Energia" ou "Amazonas GT"), subsidiária integral das Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. ("Eletronorte"), sucessora da Amazonas Distribuidora de Energia S.A.

O contrato celebrado em 20 de maio de 2005, com prazo de vigência de 20 anos, com a controlada indireta Rio Amazonas Energia S.A. ("RAESA"), na qualidade de contratada, com a então contratante Manaus Energia S.A., atual "Eletronorte", na modalidade BOT (*Build, Operate and Transfer*), previu, ao término contratual, a transferência ao contratante do ativo e de todos os equipamentos de conexão da usina. O referido contrato terminou em 20 de maio de 2025, quando o empreendimento e seus ativos foram revertidos na totalidade ao patrimônio da contratante.

[1] Informação não financeira não revisada pelo auditor.

1.1. Continuidade operacional

Em 30 de setembro de 2025, a Companhia apresentava patrimônio líquido negativo individual de R$ 160.801 (R$ 199.028 em 31 de dezembro de 2024) e consolidado de R$ 171.137 (R$ 211.025 em 31 de dezembro de 2024), decorrente, principalmente, dos prejuízos acumulados de R$ 1.472.675 (R$ 1.510.902 em 31 de dezembro de 2024), e capital circulante líquido negativo individual de R$ 25.064 (R$ 23.212 em 31 de dezembro de 2024) e consolidado de R$ 28.070 (R$ 461.169 em 31 de dezembro de 2024), em razão de pendências relacionadas às dívidas, mas que não refletem em compromisso de caixa de curto prazo da Companhia e de suas controladas, devido à Companhia já estar em tratativas para regularização.

O endividamento da Companhia é preponderantemente contratado com partes relacionadas, as quais negociam, por meio do Primeiro Aditivo ao Contrato de Reorganização, conforme descrito na Nota Explicativa nº 1.2, a converter parcela significativa do endividamento das subsidiárias da Companhia em capital da Mesa Participações S.A. ou da própria Companhia, e reperfilar as amortizações para o longo prazo.

A Administração da Companhia está atuando junto aos seus credores para realizar o reperfilamento das dívidas, no intuito de equacionar a estrutura do endividamento da Companhia e da controlada NEO, sujeito à aprovação dos acionistas e credores.

Essa situação indica a existência de incerteza que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Considerando que a expectativa da Administração é de que a reorganização financeira ocorrerá nos termos inicialmente pactuados conforme descrito na Nota Explicativa nº 1.2, a Companhia entende que manterá a continuidade das suas operações, uma vez que a subsidiária New Energy Options Geração de Energia S.A. possui contratos firmados de compra e venda de energia elétrica de longo prazo, sendo assim, estas informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas foram preparadas com base no pressuposto da continuidade operacional.

1.2. Processo de arbitragem – Reorganização financeira

Em 28 de março de 2012, o Grupo Bolognesi firmou o contrato de compra e venda de ações da Multiner, passando a deter a maioria das ações ordinárias, e na mesma data celebrou com o FIP Multiner e seus cotistas o Contrato de Reorganização e de Financiamento da Multiner S.A. (o “Contrato de Reorganização”).

Em dezembro de 2017, foi instaurada arbitragem que visa equacionar as controvérsias societárias em virtude das obrigações previstas no Contrato de Reorganização entre os acionistas da Multiner S.A. (Brasilterm Energia e Bolognesi Energia, como Requerentes, e FIP Multiner e seus cotistas, como requeridos), incluindo, mas não se limitando, ao pedido de inexigibilidade de certas dívidas assumidas pelos Requerentes. Em abril de 2022, houve sentença final definitiva, bem como a determinação de execução específica do Contrato de Reorganização, com obrigação de aporte por parte dos Requerentes, na forma prevista no Contrato de Reorganização.

A sentença arbitral definitiva, que está sob sigilo, determina de maneira geral o cumprimento do Contrato de Reorganização, incluindo, mas não se limitando à **(i)** inexigibilidade de determinados créditos conversíveis (Cédulas Créditos Bancários) e dívidas (mútuos) entre a Companhia e algumas Partes relacionadas, até que haja a respectiva compensação entre si, seja por meio de conversão em capital ou outra forma ajustada entre as Partes, bem como **(ii)** à obrigação de aportes na Companhia pelo acionista Bolognesi e Brasilterm Energia, dentre outros.

Em agosto de 2022, as partes firmaram o “Termo de Compromisso para Suspensão Temporária de Demandas” (“Termo de Compromisso”) no qual as partes assumiram o compromisso recíproco de **(i)** não praticar, durante a vigência do referido instrumento, quaisquer atos, medidas judiciais, extrajudiciais ou arbitrais que visem a discutir ou exigir o cumprimento da Sentença Arbitral; e **(ii)** envidar seus melhores esforços para chegarem a um acordo definitivo, abrangendo as demandas e/ou disputas entre as partes.

No exercício de 2024, diante da decisão arbitral proferida e do Termo de Compromisso, a Companhia reclassificou para exigível a longo prazo o montante de R$ 302.132, conforme Notas Explicativas nºs 1.4 e 8.1(b), as obrigações contratuais financeiras relativas às debêntures e CCBs.

Em Assembleia Geral de Cotistas, Multiner Fundo de Investimento em Participações (“FIP”), iniciada em 07 de agosto de 2023 e encerrada em 19 de janeiro de 2024, aprovaram a celebração pelo FIP do Instrumento Particular de Transação, Quitação e Outras Avenças com o Grupo Bolognesi, para fins de implementar o encerramento das relações societárias creditícias e de qualquer outra natureza estabelecidas entre o Grupo Bolognesi, de um lado, e o FIP, de outro, no âmbito do grupo Multiner e MESA.

Em 11 de abril de 2024, as Partes (Bolognesi e FIP Multiner), celebraram o Instrumento Particular de Transação, Quitação e Outras Avenças, para fins de buscar a construção de uma solução extrajudicial que implementará o objetivo atual do FIP de desinvestimento estruturado na Multiner, com a consequente suspensão de toda e qualquer demanda judicial, arbitral ou extrajudicial entre as partes pelo prazo de 180 dias, prorrogáveis por mais 90 dias, sendo certo que o FIP realizou a contratação pelo Fundo de assessores jurídicos, técnicos e financeiros para esta transação.

Em 08 de janeiro de 2025, as Partes (Bolognesi e FIP Multiner), celebraram o 1º aditivo do Instrumento Particular de Transação, Quitação e Outras Avenças, que estende o prazo da data limite do Termo de Compromisso previsto até 1º de março de 2025.

Em 28 fevereiro de 2025, as Partes (Bolognesi e FIP Multiner) celebraram o 2º aditivo do Instrumento Particular de Transação, Quitação e Outras Avenças, que estende o prazo da data limite do Termo de Compromisso previsto até 31 de março de 2025. Até a data desse relatório, as partes continuam em tratativas.

1.3. Programa de Compliance da Companhia

A Administração da Companhia, em consonância com a Lei nº 12.846/13, estruturou o seu Programa de Integridade, que estabelece um conjunto de ações preventivas, de monitoramento e controle, visando aprimorar o conjunto de boas práticas adotadas para o fortalecimento da governança corporativa, assim como a devida adequação dos processos internos, para melhoria da eficiência na prevenção de fraudes. Com esse objetivo, no final de 2016, foi criada a área de Compliance, que a partir do *report* direto à alta direção da Companhia, é responsável pela supervisão das atividades de controle, a avaliação da eficácia destes, a aplicação de testes sobre os pontos de controles internos, a condução do processo de auditora interna, além do acompanhamento do processo de remediação dos problemas identificados.

Por outro lado, a Companhia vem sempre atualizando suas políticas, estabelecendo rotinas de controle de processos e normas gerais de funcionamento de diversas atividades, de forma a definir seus objetivos de controle, avaliando a efetividade da estrutura de controle criada e a operacionalidade desta. Atenta às necessidades de melhoria nos processos, vem fortalecendo a supervisão do Relacionamento com Fornecedores, adotando prévia análise destes. Adicionalmente, vem instituindo mecanismos que possibilitam detectar eventuais falhas nos processos e estabelecendo plano de ações para sua melhoria contínua.
Destaca-se, no plano geral, dentro do Programa de Integridade, a implantação do Código de Conduta Ética e Profissional, que tem por objetivo prevenir, detectar e evitar irregularidades praticadas contra a Companhia ou contra terceiros, assegurando que as relações com os stakeholders, colaboradores, clientes e fornecedores sejam conduzidas com ética e transparência.

A Companhia também conta com o Canal da Ética. Trata-se de um serviço de comunicação independente, por meio do qual é possível registrar relatos sobre ações e condutas que não estão em conformidade com o Código de Conduta Ética e Profissional da Companhia. As informações relatadas são recebidas por uma empresa independente, o que garante o sigilo e tratamento adequado dos relatos e, depois, encaminhados à área de Compliance para o processo de investigação, conforme delegação do Conselho. Em complemento à estrutura do Canal da Ética, a Companhia possui um Comitê de Ética, formado por representantes de diferentes áreas, o qual tem como responsabilidades a análise dos resultados das investigações, a aplicação de medidas corretivas, no que couber, assim como a atualização do próprio Código de Conduta Ética e Profissional.

O acesso ao Canal da Ética pode ser realizado via site: www.aloetica.com.br/bolognesienergia. ou, ainda, pelo e-mail: bolognesienergia@aloetica.com.br, disponíveis 24 horas por dia, 7 dias da semana. Como alternativa, a Companhia oferece acesso ao Canal da Ética, pelo telefone 0800 000 1388, com atendimento pelo operador, nos dias úteis, das 9hs às 17hs. Fora desse horário, o manifestante poderá fazer seu relato por meio de mensagem gravada.

1.4. Obrigações contratuais financeiras e não financeiras

De acordo com o Termo de Compromisso, os saldos das obrigações contratuais financeiras e não financeiras, relativas às dívidas e parte dos empréstimos e financiamentos da Companhia, foram reclassificados para o passivo não circulante, até a decisão final das negociações.

Nos termos do primeiro aditivo ao Contrato de Reorganização, os credores Fundiágua (debêntures Multiner), Postalis e Spesi (NEO e RAESA) estão obrigados a votar favoravelmente à rolagem da dívida por períodos sucessivos adicionais até a efetiva capitalização indireta em créditos na Companhia e/ou na Mesa Participações S.A., controlada indireta da Bolognesi Energia S.A., controladora direta da Companhia. Tais credores também possuem obrigação de conversão de dívida em capital na Companhia e/ou na Mesa Participações S.A., mas ainda sujeito às negociações que estão em andamento.

2. Base de preparação e apresentação das informações contábeis

As informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas da Companhia, contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR), referentes a 30 de setembro de 2025, foram preparadas de acordo com a NBC (Normas Brasileiras de Contabilidade) TG 21 – Demonstração Intermediária e com a norma internacional de contabilidade IAS 34 – *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* (“IASB”), e apresentada de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITRs). Essas informações contábeis intermediárias foram preparadas para atualizar os usuários sobre os eventos e transações relevantes ocorridos no período e devem ser analisadas em conjunto com as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

A emissão das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas foram autorizadas pelo Conselho de Administração em 06 de novembro de 2025 e apreciadas pelo Conselho Fiscal em 10 de novembro de 2025.

Todos os valores apresentados nestas demonstrações financeiras estão expressos em milhares de reais.
As informações foram preparadas e estão apresentadas em Reais (R$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia e de suas controladas. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações.

As transações em moeda estrangeira, isto é, todas aquelas que não foram realizadas na moeda funcional da Companhia, foram convertidas para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data em que as transações foram realizadas. Os saldos de ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são reavaliados para a moeda funcional da Companhia pela taxa de câmbio na data-base dos balanços.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. A DVA foi preparada de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações contábeis.

A Companhia consolida todas as entidades sobre as quais detém o controle, isto é, quando está exposta ou possui direitos a retornos variáveis de seu envolvimento com as controladas e capacidade de administrar atividades relevantes.

As empresas controladas incluídas na consolidação estão descritas nas Notas Explicativas nºs 3 e 13, e as políticas contábeis aplicadas na elaboração das informações contábeis intermediárias devem ser analisadas em conjunto com as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e do período findo em 30 de setembro de 2024.

3. Entidades do Grupo

Controladas diretas

As informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas compreendem as informações da Companhia e de suas controladas (conjuntamente referidas como "Grupo"), a seguir relacionadas:

Controladas diretas	Participação acionária	
	30/09/2025	31/12/2024
New Energy Options Geração de Energia S.A.	100,00%	100,00%
2007 Participações S.A.	96,04%	96,04%
Termelétrica Itapebi S.A.	100,00%	100,00%
Termelétrica Monte Pascoal S.A.	100,00%	100,00%
Termelétrica Pernambuco IV S.A.	100,00%	100,00%
Termelétrica Termopower V S.A.	100,00%	100,00%
Termelétrica Termopower VI S.A.	100,00%	100,00%

Controlada indireta

A Companhia possui controle indireto sobre a Rio Amazonas Energia S.A. ("RAESA") através do investimento em sua *holding* 2007 Participações S.A., que, por sua vez, detém 99,99% de participação acionária na RAESA em 30 de setembro de 2025. Assim, a participação acionária indireta da Companhia na RAESA é de 96,04%.

Controlada indireta - Multiner S.A.	Participação acionária	
	30/09/2025	31/12/2024
Rio Amazonas Energia S.A. ("RAESA")	96,04%	96,04%

Controlada em conjunto ("joint ventures")

Participação contabilizada pelo método de equivalência patrimonial, conforme demonstrado a seguir:

Controlada em conjunto	Participação acionária	
	30/09/2025	31/12/2024
Companhia Energética do Uruguai S.A. – ("CEU")	71,00%	71,00%

Apesar da Companhia possuir a maior parte das ações com direito de voto na CEU, a Companhia não possui o poder de governar de forma independente as políticas financeiras e operacionais dessa controlada em conjunto, em razão de acordo firmado com os demais investidores. Consequentemente, a Companhia aplica o CPC 18 (R3) – Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto, CPC 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas e ICPC 09 – Demonstrações Financeiras Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método de Equivalência Patrimonial, que estabelece a contabilização de investimentos em controladas e coligadas, e define os requisitos para aplicação do método da equivalência patrimonial quando da contabilização de investimentos em coligadas, em controladas e em empreendimentos controlados em conjunto (*joint ventures*).

A Companhia Energética do Uruguai S.A. (CEU) é a desenvolvedora do projeto Usina Hidrelétrica de Energia ("UHE") Iraí, ou seja, possui a autorização da ANEEL para realizar os estudos de viabilidade para a implantação de uma UHE nas margens do Rio Uruguai, cujo estudos estão em elaboração para obtenção de licença prévia.

A posição patrimonial da respectiva controlada em conjunto está demonstrada conforme descrito na Nota Explicativa nº 13.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	30.09.2025	**31.12.2024**	**30.09.2025**	**31.12.2024**
Bancos	1	47	125	1.445
Aplicação financeira (i)	2	4	224.087	605.825
Total	**3**	**51**	**224.212**	**607.270**

(i) As aplicações financeiras estão concentradas em Certificados de Depósito Bancário ("CDBs") e Fundos de Investimento de Renda Fixa e são remuneradas a taxas atreladas ao Certificado de Depósito Interbancário ("CDI"), possuindo aplicações com liquidez diária e outras ainda em carência sem perda de rendimento com o próprio emissor. Essas aplicações são remuneradas a uma taxa média ponderada de 98,65% do CDI em 30 de setembro 2025 (100,32% do CDI em 31 de dezembro de 2024). A redução do saldo de aplicações financeiras entre períodos ocorreu, principalmente, em razão dos pagamentos dos acordos da controlada indireta RAESA com os credores Celos e Spesi (Vide Nota Explicativa nº 18).

5. Contas a receber

	Consolidado	
	30.09.2025	**31.12.2024**
Amazonas Distribuidora de Energia S.A. (i)	-	41.862
Empresa Brasileira de Part. em Energia Nuclear e Binacional S.A. (ii)	30.330	26.131
Outras contas a receber	2.887	4.753
(-) Perdas Estimadas com créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD) (iii)	(2.917)	(3.303)
Total	**30.300**	**69.443**
Circulante	30.300	69.443

(i) Recebíveis da controlada indireta RAESA referente ao faturamento de novembro e dezembro de 2024 liquidados janeiro e fevereiro de 2025, respectivamente;

(ii) Recebíveis da controlada NEO referente ao faturamento de agosto e setembro de 2025, a serem liquidados em outubro e novembro de 2025, respectivamente; e

(iii) O valor das perdas estimadas com créditos de liquidação refere-se a R$ 393 oriundos de reembolsos de Contrato de Uso do Sistema de Transmissão - CUST da controlada indireta RAESA sendo revertidos R$ 386 no trimestre findo em 30 de setembro de 2025 e R$ 2.910 refere-se ao saldo residual a receber da Energética Comercializadora de Energia, relativo à operação da venda de crédito de energia em março de 2017, da controlada NEO, apresentado em outras contas a receber.

PECLD

	Consolidado	
	30.09.2025	**31.12.2024**
Saldo inicial	**3.303**	**3.303**
Reversão	(386)	-
Saldo final	**2.917**	**3.303**

6. Adiantamento a fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	30.09.2025	**31.12.2024**	**30.09.2025**	**31.12.2024**
Adiantamento a fornecedor nacional (i)	15	9	2.349	2.939
Adiantamento a fornecedor internacional (ii)	-	-	195	602
Outros adiantamentos	1	-	72	-
Total	**16**	**9**	**2.616**	**3.541**

(i) A variação na rubrica refere-se, principalmente, a adiantamentos com o fornecedor da controlada NEO, referente à aquisição de peças para reparo nas pás; e

(ii) A variação refere-se a baixa de adiantamento a fornecedores da controlada indireta RAESA.

7. Tributos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	30.09.2025	**31.12.2024**	**30.09.2025**	**31.12.2024**
IRPJ / CSLL (i)	185	123	50.530	50.107
IRRF (ii)	-	42	15.584	7.007
COFINS (iii)	74	103	18.783	17.375
PIS (iii)	19	24	4.087	3.773
Outros impostos a recuperar	1	1	181	184
Total	**279**	**293**	**89.165**	**78.446**
Circulante	279	293	31.142	17.728
Não circulante	-	-	58.023	60.718

(i) Os montantes apresentados no consolidado estão concentrados na controlada indireta RAESA, que detém R$ 45.667 (R$ 47.856 em 31 de dezembro de 2024) de créditos dos períodos de 2012 a 2023 de origem de saldos negativos de IRPJ e CSLL e órgãos públicos e IRRF de aplicações financeiras, sendo R$ 24.384 (R$ 24.236 em 31 de dezembro de 2024) relativos a créditos de 2009 a 2015, atualizados até setembro de 2025, os quais estão em processo administrativo na Receita Federal do Brasil para restituição e R$ 2.362 (R$ 5.605 em 31 de dezembro de 2024) relativos a créditos de 2021 a 2022 de saldos negativos de IRPJ e CSLL, os quais estão em PER/DCOMP, sendo utilizados conforme são apurados débitos no exercício;

(ii) Os valores constantes em IRRF são oriundos, principalmente, da retenção sobre resgates de aplicações financeiras das controladas NEO e RAESA; e

(iii) A controlada indireta RAESA registrou, em 2021, o valor do indébito tributário relativo à exclusão do ICMS da base de cálculo das contribuições do PIS e da COFINS, período de 2010 a 2014, referendada pelos seus assessores legais, considerando todos os aspectos contratuais, regulatórios e jurídicos. Sendo assim, a controlada indireta RAESA apurou o montante de contribuições a recuperar de R$17.564, acrescidos de atualização pela SELIC. O saldo corrigido até setembro de 2025 é de R$ 21.990 (R$ 21.019 em 31 de dezembro de 2024). Por essas razões a controlada indireta RAESA está buscando o cumprimento de sentença da decisão favorável, para que, por conseguinte, seja expedido eventual precatório. Os demais créditos apresentados referem-se a insumos e depreciação.

A metodologia de utilização dos créditos segue critérios estabelecidos pela legislação vigente e a classificação entre circulante e não circulante segue a expectativa de realização pela Companhia com base nas projeções financeiras.

A expectativa de realização do saldo de tributos a recuperar pode ser assim apresentada:

	Consolidado
	30.09.2025
2025	31.142
2026	29.012
A partir de 2027	29.011
Total	**89.165**

8. Partes relacionadas

As transações realizadas entre partes relacionadas foram contratadas em condições comerciais negociadas e pactuadas entre as partes.

8.1. Mútuos com partes relacionadas

a) Saldos ativos

	Controladora					Consolidado				
	30.09.2025			31.12.2024		30.09.2025			31.12.2024	
	Empréstimos mútuos a receber	Serviços compartilhados a pagar	Empréstimos mútuos a pagar	Empréstimos mútuos a receber	Empréstimos mútuos a pagar	Empréstimos mútuos a receber	Serviços compartilhados a pagar	Empréstimos mútuos a pagar	Empréstimos mútuos a receber	Empréstimos mútuos a pagar
2007 Participações S.A.	155	-	-	148	-	-	-	-	-	-
Bolognesi Energia S.A. (i)	324.617	-	-	324.617	-	324.617	-	-	324.617	-
Central Energética Palmeiras S.A. (ii)	65.158	-	-	65.158	-	65.158	-	-	65.158	-
Cia Energética do Uruguai S.A. (iii)	19.256	-	-	19.256	-	19.256	-	-	19.256	-
Hidrotérmica S.A	-	1	-	-	-	-	17	-	-	-
Vêneto Energética S.A	-	6	-	-	-	-	44	-	-	-
Da Ilha Energética S.A	-	14	-	-	-	-	110	-	-	-
Criuva Energética S.A	-	1	-	-	-	-	9	-	-	-
Serrana Energética S.A	-	1	-	-	-	-	11	-	-	-
Boa Fé Energética S.A	-	4	-	-	-	-	32	-	-	-
São Paulo Energética S.A	-	1	-	-	-	-	5	-	-	-
FUNDIÁGUA – Fundação de Previdência Complementar (iv)	-	-	14.067	-	14.067	-	-	14.067	-	14.067
New Energy Options Geração de Energia S.A. (v)	2.033	-	15.712	226	15.093	-	-	-	-	-
Postalis - Inst de Seg Soc Correio e Tel Conversivel (vi)	-	-	-	-	-	-	-	288.065	-	288.065
Rio Amazonas Energia S.A.	-	949	70.228	-	57.931	-	-	-	-	-
Termelétrica Itapebi S.A.	935	-	-	935	-	-	-	-	-	-
Termelétrica Monte Pascoal S.A.	935	-	-	935	-	-	-	-	-	-
Termelétrica Pernambuco III S.A. (vii)	33.126	-	-	33.126	-	33.126	-	-	33.126	-
	446.215	**977**	**100.007**	**444.401**	**87.091**	**442.157**	**228**	**302.132**	**442.157**	**302.132**
Provisão para valor recuperável										
Bolognesi Energia	(30.104)	-	-	(30.104)	-	(30.104)	-	-	(30.104)	-
Outras empresas do Grupo (PIII e Cepasa)	(1.513)	-	-	(1.513)	-	(1.513)	-	-	(1.513)	-
Outras empresas do Grupo (CEU e Montepascoal)	(2.423)	-	-	(2.423)	-	(2.423)	-	-	(2.423)	-
	(34.040)	**-**	**-**	**(34.040)**	**-**	**(34.040)**	**-**	**-**	**(34.040)**	**-**
Total	**412.175**	**977**	**100.007**	**410.361**	**87.091**	**408.117**	**228**	**302.132**	**408.117**	**302.132**

	Controladora 30.09.2025		Controladora 31.12.2024		Consolidado 30.09.2025		Consolidado 31.12.2024	
	Ativo	**Passivo**	**Ativo**	**Passivo**	**Ativo**	**Passivo**	**Ativo**	**Passivo**
Serviços compartilhados	-	977	-	-	-	228	-	-
Partes relacionadas	-	100.007	-	87.091	-	302.132	-	302.132
Empréstimos recebidos	412.175	-	410.361	-	408.117	-	408.117	-
Total	**412.175**	**100.984**	**410.361**	**87.091**	**408.117**	**302.360**	**408.117**	**302.132**

(i) A composição dos valores registrados para a Bolognesi Energia S.A. são conforme segue:

	Consolidado	
	30.09.2025	**31.12.2024**
Assunção de dívida Pernambuco III (a)	144.676	144.676
Juros e IOF (a)	133.647	133.647
Assunção de dívida antigos sócios (b)	22.283	22.283
Juros e IOF (b)	24.011	24.011
Total	**324.617**	**324.617**

(a) No decorrer dos exercícios de 2012 e 2013, a Multiner S.A. enviou recursos financeiros para Pernambuco III, com garantia fidejussória de Bolognesi Energia S.A., os quais foram aplicados na construção da Usina Termelétrica Pernambuco III. Em 22 de março de 2013, a Bolognesi Energia S.A. assumiu a dívida da Usina Termelétrica Pernambuco III com a Companhia, de modo a viabilizar a captação de recurso via emissão de debêntures. Em 2015, a aplicação dos recursos foi objeto de auditoria por empresa especializada contratada pelo FIP Multiner, que validou a destinação deles.

Esse valor, acrescido de juros de 105% do CDI, deveria ter sido utilizado no momento da capitalização na Mesa S.A., controlada indireta da Bolognesi Energia S.A., conforme cláusula 2.2.2.1 do 1º Aditivo ao Contrato de Reorganização e Financiamento da Companhia, assinado em 14 de julho de 2014, desde que cumprida as condições prévias ali expostas. As obrigações previstas, e não adimplidas pelas partes, estão em discussão conforme a decisão do procedimento de arbitragem proferida em abril de 2022. Em agosto de 2022, as partes firmaram o Termo de Compromisso para Suspensão Temporária de Demandas, conforme Nota Explicativa nº 1.2.

Cabe destacar ainda que, sobre o montante, houve a incidência de Imposto sobre Operação Financeira (IOF), os quais foram devidamente registrados e recolhidos.

(a) e (b) Os montantes tiveram suas atualizações congeladas desde dezembro de 2017, conforme discussões arroladas no procedimento de arbitragem (Nota Explicativa nº 1.2).

(b) A parcela relacionada à assunção de dívida dos antigos sócios corresponde ao passivo assumido pela Bolognesi Energia S.A., o qual era devido anteriormente pelos antigos controladores da Multiner, quando da aquisição da participação acionária da Companhia 44 de Negócios S.A., JABR Participações S.A. e Companhia de Investimento Resultado;

(ii) Em setembro de 2014, a Companhia enviou R$ 41.044 à Central Energética Palmeiras S.A. através de contrato de mútuos celebrado entre as partes com incidência de juros equivalente a 103% do CDI, os montantes foram atualizados até dezembro de 2017, conforme discussões no procedimento de arbitragem (Nota Explicativa nº 1.2);

(iii) Saldo composto por AFACs realizados pela Companhia nos períodos de 2011 a 2018, os quais, em decorrência do decurso do prazo para conversão de AFAC em capital, foram convertidos em mútuos, sendo o principal de R$ 7.030, mais juros e IOF de R$ 9.805. Estão incluídos no saldo os valores de contrato de fruição de R$ 2.037 e despesas a ratear entre os acionistas de R$ 384;

(iv) Refere-se à liquidação de debêntures detidas pela Fundiágua em face da controladora Multiner S.A. em conversão de capital, as quais foram declaradas inexigíveis, de acordo com sentença arbitral proferida em abril de 2022;

(v) Saldo de R$ 2.033 em 30 de setembro de 2025 refere-se ao compartilhamento de despesas a receber da controlada NEO (R$ 226 em 31 de dezembro de 2024);

(vi) Refere-se à obrigação de conversão da dívida em capital da controlada NEO, conforme cláusula do Contrato de Reorganização. As obrigações previstas, e não adimplidas pelas partes (Bolognesi e FIP Multiner), estão em negociação, conforme a decisão proferida em abril de 2022 no procedimento arbitral. Em maio de 2022, as partes (Bolognesi e FIP Multiner) firmaram o Termo de Compromisso para Suspensão Temporária de Demandas, conforme Nota Explicativa nº 1.2, e, dessa forma, a controlada NEO reclassificou os saldos para o não circulante, em decorrência da inexigibilidade de determinados créditos conversíveis (Cédulas Créditos Bancários) e dívidas (mútuos) entre a controlada NEO e algumas partes relacionadas, até que haja a respectiva compensação entre si, seja por meio de conversão em capital ou outra forma ajustada entre as partes. A partir de 20 de dezembro de 2017, o montante deixou de ser atualizado dentro das características de empréstimos e financiamentos acrescidos de juros equivalentes de 105% do CDI. Os valores envolvidos nesta discussão não são corrigidos, dado que a materialização destas dívidas em valor superior ao registrado não é considerada provável na avaliação dos assessores jurídicos;

(vii) Recursos financeiros enviados pela Companhia para a Termelétrica Pernambuco III entre os períodos de 2013 a 2015, para compra de óleo HFO e pagamento de serviços de operação e manutenção da usina. O valor está composto do principal de R$ 21.000, acrescido de juros e IOF de R$ 12.126. Esses montantes tiveram sua atualização suspensa em dezembro de 2017 conforme discussões no procedimento de arbitragem (vide Nota Explicativa nº 1.2).

A Companhia deixou de remunerar as transações entre partes relacionadas referentes aos saldos ativos em aberto devido à não previsão de sua realização até a presente data, dado que tais saldos se encontram em processo de negociação. Contudo, resguarda o seu direito de pleitear a totalidade dos créditos que estão em discussão, inclusive os juros, conforme previsão contratual, independentemente do seu tratamento contábil.

A Companhia mantém provisão para perda ao valor recuperável equivalente às estimativas de perdas de créditos esperadas para parcela dos ativos em negociação. Estas estimativas são reavaliadas periodicamente pela Companhia para garantir que os impactos sejam apropriadamente refletidos em suas demonstrações financeiras.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, a Companhia reconheceu provisão para perda ao valor recuperável, no montante de R$ 25.106, equivalente à diferença dos saldos ativos das empresas Bolognesi Energia S.A., Termelétrica Pernambuco III e Central Energética Palmeiras S.A. e saldos passivos das CCBs conversíveis da Postalis nas controladas NEO e RAESA e das debêntures conversíveis Fundiágua. Todavia, já que não há previsão de efeito de caixa, somado ao fato que estão em negociação, decorrente da decisão proferida em abril de 2022 no Procedimento Arbitral CMA 520 instaurado para resoluções e entendimento de obrigações previstas no Contrato de Reorganização e de Financiamento da Companhia, está alinhado com o descritivo contido na Nota Explicativa nº 1.2.

Os montantes encontram-se em negociação entre as partes e, a partir da decisão definitiva, será possível avaliar as medidas que devem ser tomadas, para solucionar o Contrato de Reorganização e suas obrigações acessórias diretamente atreladas, bem como o reflexo tempestivo nas demonstrações financeiras.

Durante os nove meses de 2025, a Companhia recebeu recursos da controlada NEO e da controlada indireta RAESA referentes ao contrato de rateio de despesas celebrado entre as partes. Os montantes recebidos contemplam a alocação de despesas de folha de pagamento e rateio de gastos administrativos (aluguéis, condomínio, serviços de terceiros, entre outros). O efeito das despesas reembolsadas no resultado da Companhia durante o período findo em 30 de setembro de 2025 foi de R$ 3.032 (R$ 4.991 em 31 de dezembro de 2024).

b) Saldos passivos

	Controladora		Consolidado	
	30.09.2025	31.12.2024	30.09.2025	31.12.2024
Fundiágua (i)	14.067	14.067	14.067	14.067
Postalis (i)	-	-	288.065	288.065
Rio Amazonas Energia S.A. (ii)	70.228	57.931	-	-
New Energy Options Geração de Energia S.A. (ii)	15.712	15.093	-	-
Serviços compartilhados	977	-	228	-
Total	**100.984**	**87.091**	**302.360**	**302.132**

(i) Refere-se à obrigação de conversão da dívida em capital, conforme cláusula do Contrato de Reorganização. As obrigações previstas, e não adimplidas pelas partes, estão em negociação, conforme a decisão proferida em abril de 2022 no procedimento arbitral. Em agosto de 2022, as partes firmaram o Termo de Compromisso para Suspensão Temporária de Demandas, conforme Nota Explicativa nº 1.2 e, dessa forma, a Companhia reclassificou os saldos para o não circulante, em decorrência da inexigibilidade de determinados créditos conversíveis (Cédulas Créditos Bancários) e dívidas (mútuos) entre a Companhia e algumas partes relacionadas, até que haja a respectiva compensação entre si, seja por meio de conversão em capital ou outra forma ajustada entre as partes. A partir de 20 de dezembro de 2017, o montante deixou de ser atualizado dentro das características de empréstimos e financiamentos acrescidos de juros equivalentes de 105% do CDI. Os valores envolvidos nesta discussão não são corrigidos, dado que a materialização destas dívidas em valor superior ao registrado não é considerada provável na avaliação dos assessores;

(ii) A composição dos valores apresentados refere-se a transações de mútuos realizados, conforme aprovado na previsão orçamentária. Tais transações possuem vigência de dois anos e são remuneradas a 105% do CDI, conforme negociação específica entre as partes.

c) Reconhecimento de juros na demonstração do resultado

	Controladora	
	30.09.2025	31.12.2024
Rio Amazonas Energia S.A.	6.622	5.845
New Energy Options Geração de Energia S.A.	1.545	1.286
Total	**8.167**	**7.131**

8.2. Remuneração de pessoal-chave da Administração

O impacto no resultado da remuneração estabelecida aos Administradores da Companhia está apresentado na tabela a seguir:

	Consolidado	
	30.09.2025	30.09.2024
Administradores (pró-labore)	1.894	1.517
Conselho de Administração e Fiscal	986	997
Total	**2.880**	**2.514**

9. Arrendamento

9.1. Arrendamento – arrendador

A Administração da Companhia avaliou que o contrato de suprimento de energia, firmado com a Amazonas Geração e Transmissão de Energia S.A. (“Amazonas Energia” ou “Amazonas”), contém um arrendamento conforme os critérios contidos na norma contábil.

O arrendamento financeiro a receber, decorrente desse contrato, é remunerado pela taxa de retorno de 5,73% a.a. em 30 de setembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, de acordo com a projeção do valor presente dos recebimentos futuros, líquidos dos impostos sobre faturamentos, descontados dos custos de construção das usinas.

Os recebimentos mínimos futuros, atualizados pela variação anual do IGP-M, conforme previsão contratual, descontados pela taxa de retorno do arrendamento. Em maio de 2025 foram liquidados os saldos de arrendamento, em razão da reversão da UTE Cristiano Rocha para a Amazonas Energia (vide Nota Explicativa nº 1).

	Consolidado	
	30.09.2025	**31.12.2024**
Leasing financeiro	-	22.463
Total	**-**	**22.463**
Circulante	-	22.463

A movimentação da conta durante o período foi como segue:

	Consolidado	
	30.09.2025	**31.12.2024**
Saldo inicial	**22.463**	**65.714**
Baixas	-	(2.637)
Receita financeira	315	2.816
Amortização	(22.778)	(43.430)
Saldo final	**-**	**22.463**

O fluxo de pagamento pode ser assim demonstrado:

	Consolidado	
	30.09.2025	**31.12.2024**
Até 1 ano	-	22.463
Total	**-**	**22.463**

A controlada indireta RAESA utilizou os ativos enquanto o contrato de suprimento de energia firmado entre as partes vigorou. A reversão da UTE Cristiano Rocha para a Amazonas Energia ocorreu em maio de 2025, quando se encerrou o contrato entre RAESA e AMAZONAS ENERGIA (vide Nota Explicativa nº 1).

O aumento da amortização (vide Nota Explicativa nº 24 (iv)) deve-se à mudança de vida útil do arrendamento, que antes estava limitada ao período de novembro de 2026, e foi alterada para a vida útil estabelecida pelo contrato de suprimentos de energia que findou em 20 de maio de 2025 (vide Nota Explicativa nº 1).

9.2. Arrendamento – arrendatário

A Companhia possui contratos de arrendamentos referentes à locação de terrenos onde estão instalados os aerogeradores dos parques eólicos Alegria I e Alegria II e arrendamentos de imóveis, equipamentos de informática e veículos.

Os valores referentes ao reconhecimento inicial do direito de uso dos ativos arrendados e das obrigações assumidas para os contratos de arrendamento mercantil, e respectivas movimentações, estão demonstrados a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	30.09.2025	31.12.2024	30.09.2025	31.12.2024
Saldo inicial	**-**	**106**	**17.950**	**18.670**
Amortização	-	(106)	(3.166)	(3.679)
Remensuração	-	-	2.255	2.959
Saldo final	**-**	**-**	**17.039**	**17.950**
Circulante			872	874
Não circulante			16.167	17.076

Direito de uso	**Consolidado**
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**12.227**
Amortização	(1.575)
Atualização	157
Saldo em 30 de setembro de 2025	**10.809**

Para determinação do valor justo dos contratos de arrendamentos de terrenos, aplicou-se a taxa de desconto de 11,16% a.a., considerando custo de capital de terceiros, ponderado pelo WACC regulatório do período. Adicionalmente, a Companhia considerou nos cálculos o prazo contratual, sendo, em sua maioria, com término em 2030.

A movimentação da conta durante o período foi como segue:

	Consolidado	
	30.09.2025	31.12.2024
Saldo inicial	**17.950**	**18.670**
Variação monetária/juros	2.255	2.959
Pagamentos	(3.166)	(3.679)
Saldo final	**17.039**	**17.950**
Circulante	872	874
Não circulante	16.167	17.076

Os pagamentos mínimos futuros compreendem os montantes devidos pela Companhia ao arrendador pela obrigação oriunda da transferência do direito de uso do ativo durante o prazo de arrendamento.
Em 30 de setembro de 2025, são conforme segue:

	Fluxo de pagamento futuro	
	Consolidado	
	30.09.2025	31.12.2024
1 ano	872	874
2 anos	1.744	1.988
3 anos	2.616	2.982
4 a 5 anos	4.360	4.590
Mais de 5 anos	7.447	7.516
Total	**17.039**	**17.950**

A Companhia aplicou a isenção de reconhecimento de arrendamento de curto prazo, ou seja, arrendamentos cujo prazo seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início e que não contenha opção de compra para o ativo arrendado. Também aplicou a isenção para arrendamentos que possuem baixo valor por conjunto de bens arrendados.

Para o período findo em 30 de setembro de 2025, o montante consolidado reconhecido como despesas de arrendamentos de curto prazo, e arrendamentos de baixo valor, foi de R$ 481 e referem-se aos arrendamentos de máquinas e equipamentos, equipamentos de informática e veículos.

10. Estoque

O saldo de estoque refere-se a peças para manutenção e reposição das usinas em operação e são apresentados conforme seguem:

	Consolidado	
	30.09.2025	31.12.2024
Estoques (i)	14.716	30.536
Provisão para perdas de estoques (ii)	(8.350)	(8.350)
Total	**6.366**	**22.186**

(i) Do saldo apresentado, R$ 6.366 refere-se ao saldo de peças de manutenção da controlada NEO e R$ 8.350 refere-se ao estoque de peças de manutenção dos motores que não serão mais utilizados com perda estimada com crédito de liquidação duvidosa da controlada indireta RAESA. A variação de R$ 17.709 refere-se a reversão do estoque corrente em razão do encerramento do contrato de fornecimento de energia ocorrido em 20 de maio de 2025 (vide Nota Explicativa nº 1) da controlada indireta RAESA.

(ii) Refere-se ao reconhecimento da provisão de perda estimada para determinadas peças de manutenção dos motores que não serão mais utilizados para manter as atividades operacionais da empresa, devido à conclusão do projeto de conversão dos motores para 100% gás natural da controlada indireta RAESA.

11. Propriedades para investimento

As propriedades para investimento da Companhia consistem em terrenos, no Município de Cabo de Santo Agostinho/PE, onde seriam instaladas as Termelétricas Monte Pascoal e Itapebi e em Santa Rita/PB, onde seria instalada a Termelétrica Termopower VI, controladas cujas outorgas foram revogadas.

a) Posição

	Controladora		Consolidado	
	30.09.2025	**31.12.2024**	**30.09.2025**	**31.12.2024**
Cabo de Santo Agostinho/PE	840	840	840	840
Santa Rita/PB	2.604	2.603	2.604	2.603
Total	**3.444**	**3.443**	**3.444**	**3.443**

A Companhia avalia o valor justo com base em preços observáveis de mercado, ajustados, se necessário, à natureza, localização e condições destes terrenos.

Os laudos de avaliação são emitidos por avaliadores externos independentes, com licença reconhecida e pertinente. O método para mensuração do valor justo utilizado para esta avaliação foi o Método Comparativo Direto de Mercado, o qual analisa e compara elementos semelhantes ou assemelhados ao avaliando, com objetivo de encontrar a tendência de formação de seus preços.

Por fim, concluiu-se, com base nos laudos emitidos e considerando a reversão do *impairment* no montante de R$ 58, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, decorrente da desvalorização das terras localizadas em Cabo de Santo Agostinho/PE, que o valor justo líquido do custo de negociação desses ativos é de R$ 3.444. A Companhia está avaliando a melhor utilização para os referidos terrenos.

12. Intangível

O intangível é composto pelos ativos identificados em combinação de negócios e por gastos relativos a softwares, conforme demonstrado a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	30.09.2025	**31.12.2024**	**30.09.2025**	**31.12.2024**
Power Purchase Agreement ("PPA") (i)	-	-	51.535	58.897
Software	18	20	775	848
Outros intangíveis	199	113	199	113
Total	**217**	**133**	**52.509**	**59.858**

(i) Refere-se ao intangível relacionado aos contratos de longo prazo de comercialização de energia da controlada NEO e que estão sendo amortizados ao longo de sua vigência contratual de 20 anos, com previsão de término em agosto de 2030 (Alegria I) e dezembro de 2030 (Alegria II).

A movimentação pode ser assim apresentada:

	Controladora			Consolidado			
	Projetos	**Software**	**Total**	**PPA 1**	**Software**	**Outros**	**Total**
Saldo inicial	**113**	**20**	**133**	**58.897**	**848**	**113**	**59.858**
Adições	86	-	86	-	-	86	86
Amortização	-	(2)	(2)	(7.362)	(73)	-	(7.435)
Saldo final	**199**	**18**	**217**	**51.535**	**775**	**199**	**52.509**

13. Investimento e provisão para perda de investimentos

13.1. Controladora – Investimentos e provisão para perda de investimentos

A provisão para perda de investimento é composta pelo valor do passivo a descoberto das controladas no período, conforme apresentado:

Informações sobre a investida em 30/09/2025	**2007 Participações S.A (i)**	**NEO**	**CEU**	**Itapebi**	**Termelétrica Monte Pascoal**	**Termelétrica Pernambuco IV**	**Termelétrica Termopower V**	**Termelétrica Termopower VI**	**Total**
Ativo circulante	205.890	89.295	-	14	20	-	-	-	
Ativo não circulante	210.358	670.241	11.121	22.391	6.009	-	-	-	
Passivo circulante	30.800	266.696	-	115	34	582	1	1	
Passivo não circulante	615.450	669.380	24.055	31.463	1.047	113	8	9	
Receita líquida	14.000	120.438	-	-	-	-	-	-	
Resultado do exercício	41.666	9.556	-	(784)	(23)	(65)	-	-	
Patrimônio líquido (passivo a descoberto)	(283.403)	(176.540)	(12.934)	(9.173)	4.948	(695)	(9)	(10)	
Percentual de participação	**96,04%**	**100,00%**	**71,00%**	**100,00%**	**100,00%**	**100,00%**	**100,00%**	**100,00%**	
Provisão para perda de investimento em 31/12/2023	**(287.041)**	**(166.795)**	**(9.181)**	**(29.105)**	**-**	**(601)**	**(6)**	**(8)**	**(492.737)**
Investimentos em 31/12/2023	-	-	-	-	**6.763**	-	-	-	**6.763**
Equivalência patrimonial	(3.258)	(19.302)	1	(2.085)	(1.792)	(29)	(3)	(3)	(26.471)
Provisão para perda de investimento em 31/12/2024	**(290.299)**	**(186.097)**	**(9.180)**	**(31.190)**	**-**	**(630)**	**(9)**	**(11)**	**(517.416)**
Investimentos em 31/12/2024	-	-	-	-	**4.971**	-	-	-	**4.971**
Equivalência patrimonial	18.120	9.556	(3)	22.018	(23)	(65)	-	-	49.603
Provisão para perda de investimentos em 30/09/2025	**(272.179)**	**(176.541)**	**(9.183)**	**(9.172)**	**-**	**(695)**	**(9)**	**(11)**	**(467.790)**
Investimento em 30/09/2025	-	-	-	-	**4.948**	-	-	-	**4.948**

(i) Informações consolidadas que incluem a posição financeira da controlada indireta RAESA.

13.2. Consolidado – provisão para perda de investimento

Em 30 de setembro de 2025, o saldo consolidado da provisão para perda de investimentos apresentado no passivo não circulante refere-se à participação da Companhia na controlada em conjunto CEU no montante de R$ 9.183.

13.3. Controladora – ativo

	Monte Pascoal
Investimento em 31.12.2024	**4.971**
Equivalência patrimonial	(23)
Investimento em 30.09.2025	**4.948**

14. Depósitos vinculados

Os depósitos vinculados referem-se a aplicações financeiras de Certificados de Depósitos Bancários (CDBs), firmados em garantias que visam assegurar o pagamento de obrigações da Companhia e suas controladas.

A composição do saldo dos depósitos vinculados é como segue:

		Consolidado	
	Remuneração	**30.09.2025**	**31.12.2024**
CDBs – BNB (i)	96,15% CDI	32.131	29.135
CDBs Renda Fixa – BNB (i)	96,15% CDI	35.729	60.502
Daycoval (ii)	100% CDI	41.323	38.451
Bradesco (ii)	100,5% CDI	12.871	11.658
Genial (iii)	100% CDI	6.066	5.629
Conta reserva garantia (ONS) (iv)	98% CDI	2.608	3.694
Total		**130.728**	**149.069**

(i) Refere-se à aplicação financeira em CDBs emitidos pelo Banco do Nordeste do Brasil (“BNB”), vinculada ao Contrato de Abertura de Crédito do próprio BNB, para o financiamento do empreendimento Alegria I, firmado em 22 de setembro de 2009 e para o financiamento do empreendimento Alegria II, firmado em 22 de dezembro de 2010, respectivamente;

(ii) Os saldos nas instituições Daycoval e Bradesco referem-se à aplicação financeira em garantia à Carta Fiança emitida por essas instituições em favor do BNB;

(iii) Conta Escrow constituída conforme cláusulas contratuais, vinculada ao credor Celos, em que serão realizados 6 (seis) aportes semestrais, de acordo com a parcela do mês, para resgate ao final do contrato da controlada NEO; e

(iv) O saldo refere-se ao contrato de garantia junto à ONS, das obrigações decorrentes do pagamento dos encargos de uso do sistema de transmissão referente ao Contrato de Uso do Sistema de Transmissão (“CUST”). Na hipótese de inadimplemento de quaisquer das obrigações assumidas pela controlada NEO, a controlada deverá efetuar o pagamento das importâncias que forem devidas. Esta conta está segregada de caixa e equivalentes de caixa por não ter liquidez imediata. O saldo em 31 de dezembro de 2024 da conta reserva da controlada indireta RAESA no montante de R$ 1.685 foi liberado em agosto de 2025 em decorrência da reversão do ativo e constituição de nova garantia pelo novo operador do ativo (vide Nota Explicativa nº 1).

15. Imobilizado

A composição do imobilizado é apresentada conforme segue:

				Controladora	
				30.09.2025	31.12.2024
Itens	Taxa de Depreciação (%)	Custo	Depreciação acumulada	Valor residual	Valor residual
Móveis e utensílios	10,0%	40	(29)	11	12
Máquinas e equipamentos	10,0%	831	(669)	162	181
Total		**871**	**(698)**	**173**	**193**

				Consolidado	
				30.09.2025	31.12.2024
Itens	Taxa de Depreciação a.a. (%)	Custo	Depreciação acumulada	Valor residual	Valor residual
Terrenos	0,0%	656	-	656	656
Edificações, obras civis e benfeitorias (i) e (ii)	32,5%	112.570	(109.175)	3.395	23.131
Máquinas e equipamentos (ii) e (iii)	4,0%	1.079.543	(622.499)	457.044	487.859
Móveis e utensílios	11,81%	127	(98)	29	39
Custo para Desmobilização (iv)	4,9%	11.337	(6.499)	4.838	5.258
Mais Valia (PPA NEO) (v)	3,3%	30.830	(8.138)	22.692	23.465
Total		**1.235.063**	**(746.409)**	**488.654**	**540.408**

(i) Investimento da controlada indireta RAESA em 31 de dezembro de 2024 refere-se ao projeto de conversão dos motores para operação em 100% gás natural correspondente ao montante de R$ 20.272, zerando o saldo em 20 de maio de 2025 em razão do encerramento do contrato de fornecimento de energia da controlada indireta RAESA (vide Nota Explicativa nº 1). A conversão do primeiro motor teve início em setembro de 2020, com a entrada em operação em janeiro de 2021, e término em setembro de 2021, com a conclusão da conversão dos 5 motores remanescentes;

(ii) Anualmente a Companhia realiza avaliação com assessores externos dos ativos das controladas com outorgas revogadas, a fim de garantir que o registro contábil esteja de acordo com o valor recuperável (R$ 42.664 – Itapebi, R$ 1.028 – Monte Pascoal, R$ 10.307 – Termopower V e R$ 81 – Termopower VI);

(iii) Saldo refere-se, substancialmente, aos ativos fixos da controlada NEO, que compreende o complexo eólico Alegria I e Alegria II. A gestão do ativo fixo imobilizado da controlada NEO visa atender às determinações da Resolução ANEEL nº 674/2015 e do Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico (MCPSE), os quais devem ser utilizados pelas empresas do setor de energia elétrica;

(iv) Obrigação contratual da controlada NEO, referente aos custos de desmontagem e remoção dos bens e de restauração do local no qual está localizado o complexo eólico Alegria I e Alegria II. Esses custos são amortizados conforme o prazo do PPA (vide Nota Explicativa nº 19); e

(v) Refere-se à mais-valia de ativos imobilizados originados na aquisição de controle da controlada NEO no exercício de 2017.

A movimentação do imobilizado é apresentada conforme segue:

	Controladora		
	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**182**	**11**	**193**
Depreciação	(20)	-	(20)
Saldo em 30 de setembro de 2025	**162**	**11**	**173**

Itens	Consolidado						
	Edificações, obras civis e benfeitorias	Maquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Custo desmobilização	Terrenos	Mais valia	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**23.131**	**487.859**	**39**	**5.258**	**656**	**23.465**	**540.408**
Depreciação	(19.736)	(30.815)	(10)	(420)	-	(773)	(51.754)
Saldo em 30 de setembro de 2025	**3.395**	**457.044**	**29**	**4.838**	**656**	**22.692**	**488.654**

16. Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	30.09.2025	31.12.2024	30.09.2025	31.12.2024
Fornecedor nacional (i)	459	137	174.370	158.599
Fornecedor internacional	-	-	1.687	1.675
Outros fornecedores	-	-	3.160	2.731
Total	**459**	**137**	**179.217**	**163.005**
Circulante	459	137	10.904	10.919
Não circulante	-	-	168.313	152.086

(i) Saldo apresentado no consolidado, refere-se substancialmente à dívida da controlada indireta RAESA junto à Vibra Energia no montante original de R$ 221.000, decorrente de compra de óleo, não quitada em decorrência do não ressarcimento para a RAESA dos valores equivalentes por parte da Conta de Consumo de Combustível – CCC-ISOL. Em dezembro de 2021, foi firmado acordo de renegociação de dívidas com a Vibra Energia S.A. e, dessa forma, o valor do passivo foi reduzido para R$ 150.000. Esse valor será pago da seguinte forma: R$ 20.000, já liquidados em dezembro de 2021; mais 41 parcelas fixas, mensais e consecutivas de R$ 768, vencendo a primeira em janeiro de 2022 e a última quitada em maio de 2025. Durante o período de janeiro a maio de 2025 foram efetuados pagamentos no montante de R$ 3.804 e reconhecida a atualização financeira por INPC no montante de R$ 12.706 (R$ 18.824 em 31 de dezembro de 2024).

O pagamento do saldo remanescente de R$ 99.000 está condicionado à obtenção de decisão favorável à RAESA, com trânsito em julgado, no Mandado de Segurança nº 0029183-21.2009.4.01.3400, que trata dos valores pendentes a receber do CCC ISOL. Caso a RAESA não obtenha êxito em receber os valores em questão, as partes acordaram que a referida parcela da dívida estará integralmente quitada. Dessa forma, a RAESA efetuou uma reversão, no exercício findo em 31 de dezembro de 2021, do passivo pelo valor do desconto definitivo obtido, no valor de R$ 71.000, reconhecido como descontos obtidos. Em agosto de 2022 a RAESA obteve o reprocessamento parcial dos saldos envolvidos no CCC-ISOL no montante de R$ 89.000 recebidos até dezembro de 2023. O saldo atualizado do CCC-ISOL em 30 de setembro de 2025 é de R$ 166.905 (R$ 154.518 em 31 de dezembro de 2024).

17. Obrigações tributárias e impostos diferidos

17.1. Obrigações tributárias

As obrigações tributárias referem-se aos impostos correntes e impostos em parcelamentos e são apresentados conforme seguem:

	Controladora		Consolidado	
	30.09.2025	**31.12.2024**	**30.09.2025**	**31.12.2024**
IOF a recolher	436	436	436	454
ICMS a recolher (i)	-	-	167	4.285
IRPJ a recolher	-	-	6.134	-
CSLL a recolher	-	-	2.413	-
COFINS a recolher	-	-	1.319	2.275
PIS a recolher	-	-	266	452
IRRF retido a recolher	1	1	53	46
PCC retido a recolher	6	2	297	175
INSS retido a recolher	-	-	440	531
Outros	-	-	14	-
ISS retido a recolher	-	-	31	93
Parcelamento tributos federais	-	-	60	60
Total	**443**	**439**	**11.630**	**8.371**
Circulante	443	439	11.577	8.371
Não circulante	-	-	53	-

(i) A redução do ICMS a recolher ocorreu em razão do encerramento do contrato de fornecimento de energia ocorrido em 20 de maio de 2025 da controlada indireta RAESA (vide Nota Explicativa nº 1).

17.2. Tributos diferidos

Os tributos diferidos referem-se ao imposto de renda e contribuição social diferidos decorrente da apuração de mais-valia dos ativos tangíveis e intangíveis, da combinação de negócios da Companhia na aquisição de controle e ações da controlada NEO, a ser amortizado até 2030, período do PPA, conforme apresentado a seguir:

	Consolidado	
	30.09.2025	**31.12.2024**
Tributos diferidos – passivo	23.772	26.538
Total	**23.772**	**26.538**
Não circulante	23.772	26.538

A expectativa de realização do saldo de impostos diferidos pode ser assim apresentada:

	Consolidado	
	30.09.2025	**31.12.2024**
Até 31 de dezembro de 2025	3.687	3.687
Após 2026	20.085	22.851
Total	**23.772**	**26.538**

18. Empréstimos, financiamentos e debêntures

O saldo de empréstimos, financiamentos e debêntures em 30 de setembro de 2025 é composto da seguinte forma:

				Controladora					
				30.09.2025			31.12.2024		
Financiadores / Credores	Empresa	Modalidade	Valor Contratação	Saldo Devedor	Saldo Devedor Circulante	Saldo Devedor Não Circulante	Saldo Devedor	Saldo Devedor Circulante	Saldo Devedor Não Circulante
Bolognesi Energia S.A.	Multiner	Debêntures	3.000	24.561	24.561	-	23.052	23.052	-
		Total	**3.000**	**24.561**	**24.561**	**-**	**23.052**	**23.052**	**-**

	Consolidado					
	30.09.2025			31.12.2024		
Modalidade	**Empréstimo**	**Captação**	**Passivo**	**Empréstimo**	**Captação**	**Passivo**
Debêntures	24.561	-	24.561	23.052	-	23.052
CCBs	586.916	(1.892)	585.024	1.172.003	(2.760)	1.169.243
Financiamento	247.132	(2.457)	244.675	278.363	(2.845)	275.518
Total	**858.609**	**(4.349)**	**854.260**	**1.473.418**	**(5.605)**	**1.467.813**

				Consolidado					
				30.09.2025			31.12.2024		
Financiadores / Credores	Empresa	Atividade	Valor Contratação	Saldo Devedor	Saldo Devedor Circulante	Saldo Devedor Não Circulante	Saldo Devedor	Saldo Devedor Circulante	Saldo Devedor Não Circulante
Bolognesi Energia S.A.	Multiner	Debêntures	3.000	24.561	24.561	-	23.052	23.052	-
FIDIC (1° emissão) (i)	RAESA	CCBs	138.000	-	-	-	549.270	460.118	89.152
FIDIC (2° emissão) (i)	RAESA	CCBs	54.090	459.037	12.000	447.037	408.136	405.934	2.202
Fundos de Pensão (2° emissão) (i)	RAESA	CCBs	-	-	-	-	53.307	53.307	-
Fundos de Pensão (i)	NEO	CCBs	143.200	127.879	45.938	81.941	161.289	53.256	108.033
Banco do Nordeste do Brasil (ii)	NEO	Financiamento	648.749	247.132	48.000	199.132	278.364	42.270	236.094
		Total	**987.039**	**858.609**	**130.499**	**728.110**	**1.473.418**	**1.037.937**	**435.481**
		Custo de Transação		(4.349)	(1.892)	(2.457)	(5.605)	(2.760)	(2.845)
		Total	**987.039**	**854.260**	**128.607**	**725.653**	**1.467.813**	**1.035.177**	**432.636**

(i) A Companhia mantém as tratativas com os detentores das CCBs para repactuação das dívidas, a fim de equalizar a sua estrutura de endividamento. As partes se comprometeram a empenhar seus melhores esforços para concluir as negociações para um acordo definitivo. Em 03 de outubro de 2024, a controlada indireta RAESA foi comunicada pela Spesi I sobre a cessão de crédito entre Postalis (Cedente) e Spesi I Fundo de Investimento Creditórios Não Padronizado Multissetorial de Responsabilidade Ltda. (Cessionária) referente aos direitos relativos aos créditos de titularidade do Cedente, incluindo as respectivas garantias fidejussórias e acessórios, com exceção da garantia de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios, que não será cedida e será liberada pelo Cedente concomitantemente à cessão de Cédula de Crédito Bancário nºs 4883, 4884 e 4885. Em 31 de dezembro de 2024 a Faceb foi incorporada pela Néos Previdência Complementar. No primeiro trimestre de 2025, a controlada indireta RAESA foi comunicada pela Spesi I sobre a cessão de crédito entre Prece (Cedente) e Spesi I Fundo de Investimento Creditórios Não Padronizado Multissetorial de Responsabilidade Ltda. (Cessionária) referente aos direitos relativos aos créditos de titularidade do Cedente, incluindo as respectivas garantias fidejussórias e acessórios. A Companhia em nome da sua controlada RAESA assinou em 07 de julho de 2025 o "Termo de Acordo de Reestruturação de Dívida com Confissão de Dívida e Outras Avenças" junto ao credor Spesi I Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizado Multissetorial e repactuou as dívidas que já estavam em seus créditos bancários oriundos das Células de Crédito Bancário de emissão de RAESA incluindo as garantias atreladas "("Crédito" ou "CCBs"). (Vide detalhamento Nota Explicativa 18.1 e 18.2) e;

(ii) Refere-se aos financiamentos do BNB, firmado para financiar os empreendimentos Alegria I e II da controlada NEO.

18.1. Reestruturação de dívida da controlada indireta RAESA x Spesi

Em 07 de julho de 2025, foi assinado o Termo de Acordo de Reestruturação de dívida com confissão de dívida e outras avenças (“Termo de Acordo”) entre a controlada indireta RAESA e a Spesi I Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizado Multissetorial.

O valor do crédito em 30 de junho de 2025, foi reconhecido pelas partes em R$ 916.150, a qual foi desdobrada em 2 (duas) partes segregadas e autônomas, denominadas “Tranche A” e “Tranche B”, que serão pagas da seguinte maneira:

- O valor da Tranche A é de R$ 496.000 com atualização monetária de IPCA + 5% a.a. e será paga em parcelas trimestrais e sucessivas, vencendo-se a primeira em 11 de julho de 2025 e a última em 30 de junho de 2028, da seguinte forma:

  (i) Primeira parcela paga em 11 de julho de 2025 no valor de R$ 460.000; e

  (ii) Doze parcelas trimestrais e sucessivas no valor de R$ 3.000, com início em 30 de setembro de 2025, e as demais sucessivamente a cada trimestre posterior em cada dia 30, equivalente ao total do saldo remanescente da Tranche A, abatidos os pagamentos já realizados.

- O valor da Tranche B é de R$ 420.150 com atualização monetária de IPCA + 5% a.a. até a data em que ocorrer a quitação integral da Tranche A. A partir do dia útil subsequente da quitação da Tranche A, a Tranche B passará a ser atualizada monetariamente pela Taxa T.R. A Tranche B tem o seu vencimento em 31 de dezembro de 2074.

O Termo de Acordo permanece válidas e vigentes todas as garantias, inclusive fidejussórias e reais, já previstas nas CCBs, aditivos e acordos, tais como, mas não limitado ao Penhor de Direitos Creditórios e garantias fidejussórias.

18.2. Acordo de dívida da controlada indireta RAESA x Celos

Em 08 de agosto de 2025, foi assinado o Instrumento Particular de Acordo entre a controlada indireta RAESA e a Fundação Celesc de Seguridade Social (“Fundação Celos”). O valor do crédito reconhecido pelas partes na data do acordo foi de R$ 55.925, sendo concedido um desconto de R$ 50.549, resultando assim no pagamento de R$ 5.376 realizado em 12 de agosto de 2025, dando plena, geral, irrevogável e irretratável quitação recíproca das obrigações.

As principais características dos empréstimos, financiamentos e debêntures são apresentadas a seguir:

	Consolidado									
Financiadores / Credores	**Empresa**	**Modalidade**	**Valor Contratação**	**Saldo em 30.09.2025**	**Taxas Originais**	**Taxas Renegociadas**	**Data Contratação**	**Data Renegociação**	**Início**	**Término**
Bolognesi Energia S.A.	Multiner	Debêntures	3.000	24.561	9,50% a.a + IGPM	-	31/05/2010	-	31/10/2010	01/07/2016
Spesi	Raesa	CCB	192.090	459.037	10% a.a + IGP-M	5% a.a + IPCA	20/04/2006	11/07/2025	22/09/2009	31/12/2074
Celos	Neo	CCB	20.000	17.592	8% a.a + IGP-M	-	06/05/2008	-	25/06/2010	25/05/2028
Néos	Neo	CCB	5.000	5.389	9% a.a + IGP-M	-	14/05/2008	-	14/05/2008	25/05/2028
Néos	Neo	CCB	12.200	2.678	9% a.a + IGP-M	-	01/08/2008	-	01/08/2008	25/08/2028
Metrus	Neo	CCB	1.000	960	9% a.a + IGP-M	-	01/11/2007	-	01/11/2007	25/10/2027
Metrus	Neo	CCB	1.000	960	9% a.a + IGP-M	-	01/11/2007	-	01/11/2007	25/10/2027
Metrus	Neo	CCB	1.000	960	9% a.a + IGP-M	-	01/11/2007	-	01/11/2007	25/10/2027
Metrus	Neo	CCB	1.000	960	9% a.a + IGP-M	-	01/11/2007	-	01/11/2007	25/10/2027
Metrus	Neo	CCB	1.000	960	9% a.a + IGP-M	-	01/11/2007	-	01/11/2007	25/10/2027
Metrus	Neo	CCB	1.000	960	9% a.a + IGP-M	-	01/11/2007	-	01/11/2007	25/10/2027
Petros	Neo	CCB	100.000	96.548	9,65% + IGP-M	-	07/05/2008	-	07/05/2008	25/05/2028
Banco do Nordeste do Brasil	Neo	CCB	250.000	87.404	7,5% a.a.	-	22/09/2009	-	22/01/2021	22/09/2029
Banco do Nordeste do Brasil	Neo	CCB	398.749	155.291	7,5% a.a.	-	22/09/2009	-	23/01/2021	23/12/2030
		Total	**987.039**	**854.260**						

Movimentação Debêntures

	Controladora	
	30.09.2025	**31.12.2024**
Saldo inicial	**23.052**	**19.874**
Juros sobre debêntures	1.545	2.672
Variação monetária debêntures	(36)	506
Saldo final	**24.561**	**23.052**

Movimentação empréstimos

	Consolidado	
	30.09.2025	**31.12.2024**
Saldo inicial	**1.444.761**	**1.440.407**
Pagamento de principal	(567.656)	(65.279)
Pagamento de juros	(55.438)	(75.575)
Juros sobre empréstimos	60.922	96.981
Desconto obtido	(50.549)	-
Variação monetária	(3.597)	46.300
Amortização de custo de transação	1.256	1.927
Saldo final	**829.699**	**1.444.761**

Cláusulas restritivas - *covenants*

A controlada NEO deve divulgar periodicamente o Índice de Cobertura de Serviço da Dívida (ICSD), bem como manter o índice igual ou superior a 1,2, além de fornecer laudo de avaliação, no encerramento de cada exercício, de determinados ativos por força de cláusula contratual da CCB 6082 de titularidade do Fundo de Investimento Multimercado Petros Crédito Privado (“Petros”).

Em 30 de setembro de 2025, a controlada NEO encontra-se em conformidade com as cláusulas restritivas firmadas com o credor.

Garantias dos financiamentos

As seguintes garantias foram fornecidas aos credores em função das operações de financiamento da Companhia:

- Cessão dos direitos creditórios decorrentes dos recebíveis dos empreendimentos de RAESA e NEO;
- Alienação fiduciária dos equipamentos de NEO e Itapebi;
- Fianças bancárias em favor do BNB em NEO;
- Seguro de conclusão das obras dos projetos descontratados referentes a Pernambuco IV, Termopower V e Termopower VI, Monte Pascoal e Itapebi;
- Aplicações financeiras em NEO;
- Penhor dos direitos emergentes da resolução autorizativa e dos contratos de compra e venda de energia dos seus empreendimentos de NEO e RAESA;
- Penhor das ações da Sociedade de NEO;
- Fianças da Companhia, Bolognesi Energia S.A.; e
- Hipoteca do terreno da RAESA no valor de R$ 630.

De acordo com a decisão proferida em 05 de abril de 2022, no procedimento arbitral, conforme Nota Explicativa nº 1.2, no que se refere ao acordo de reorganização financeira, a Companhia está renegociando o pagamento das CCBs, que se encontram vencidas, junto aos seus credores, para que fique alinhado com sua capacidade de pagamento.

Em Assembleia Geral de Debenturistas, realizada em 11 de junho de 2015, 100% dos debenturistas, da 2ª emissão de 18 debêntures em circulação, deliberaram por unanimidade e sem ressalvas: **(i)** aditar a Cláusula 4.10 da Escritura Particular de Emissão de Debêntures, não conversíveis em ações, com garantia flutuante da 2ª Emissão de Debêntures da Multiner S.A., alterando a data de vencimento de 1º de julho de 2015 para 1º de julho de 2016. Dessa forma, não houve pagamento de juros em 1º de julho de 2015, mas somente na nova data de vencimento; e **(ii)** autorizar o Agente Fiduciário a tomar as providências necessárias, visando o cumprimento das deliberações dessa Assembleia.

Até 30 de setembro de 2025 nenhuma parcela deste instrumento foi quitada, tendo em vista que a obrigação de renovação referente às debêntures detidas pela Fundiágua, conforme previsão no Contrato de Reorganização, deve ocorrer até que haja a capitalização das dívidas, que se encontram em negociação entre as partes após decisão proferida em abril de 2022 no procedimento arbitral, conforme Nota Explicativa nº 1.2.

19. Provisão para desmobilização

A controlada NEO possui a obrigação de, ao final do termo do contrato, retirar os ativos do Complexo Eólico Alegria, composto pelas UEEs Alegria I e Alegria II, decorrentes de exigências contratuais e legais.

O valor reconhecido como provisão para desmobilização deve ser a melhor estimativa do dispêndio necessário para liquidar a obrigação. Desta forma, os valores relacionados com a desmontagem e remoção de instalações e equipamentos, limpeza de terrenos e restauração ao seu estado original foi inicialmente mensurado e, posteriormente, ajustados a valor presente. Para determinação do valor presente da provisão para desmobilização foi utilizada a taxa de desconto de 11,20% a.a.

A composição do saldo de provisão para desmobilização dos ativos é como segue:

	Consolidado	
Descrição	**30.09.2025**	**31.12.2024**
Provisão para desmobilização	81.670	78.769
(-) AVP do custo de desmobilização	(27.141)	(28.631)
Total	**54.529**	**50.138**

A movimentação pode ser assim apresentada:

	Consolidado	
	30.09.2025	**31.12.2024**
Saldo inicial	**50.138**	**40.208**
(+) Atualização monetária do custo	2.901	7.020
(+) Realização do AVP	1.490	2.910
(=) Saldo final	**54.529**	**50.138**

20. Outros créditos e outras obrigações

20.1. Outros créditos

	Controladora		Consolidado	
	30.09.2025	31.12.2024	30.09.2025	31.12.2024
Despesas antecipadas (i)	55	58	937	2.522
Outros créditos LP - AFAC (ii)	4.207	3.321	2.242	3.321
Depósitos judiciais (iii)	7.873	7.100	8.482	8.944
Outros créditos CP	215	216	215	230
Total outros créditos	**12.350**	**10.695**	**11.876**	**15.017**
Circulante	270	274	1.152	2.752
Não circulante	12.080	10.421	10.724	12.265

(i) O aumento em despesas antecipadas está concentrado na controlada NEO e refere-se à renovação do seguro operacional por um período de 12 meses, vincendo em 06 de janeiro de 2026;

(ii) Refere-se a adiantamento para Futuro Aumento de Capital das controladas não operacionais. Os adiantamentos realizados durante o exercício de 2022 foram integralizados em abril de 2023, com exceção da controlada em conjunto CEU, que está em discussão entre os Administradores; e

(iii) Na controladora, o valor de R$ 7.873 refere-se à ação tributária em razão da ausência de retificação de obrigação acessória para os débitos de IOF referente às transações entre partes relacionadas. No consolidado, o valor de R$ 609 está concentrado na controlada NEO.

20.2. Outras obrigações

	Controladora		Consolidado	
	30.09.2025	31.12.2024	30.09.2025	31.12.2024
P&D (i)	-	-	9.641	8.608
Suprimento de Energia Elétrica (ii)	-	-	159.860	135.258
CUST transmissão	-	-	1.659	1.619
Provisões diversas	-	52	69	6.949
Obrigações sociais e trabalhistas	169	159	668	761
Total outras obrigações	**169**	**211**	**171.897**	**153.195**
Circulante	169	211	171.897	151.211
Não circulante	-	-	-	1.984

(i) Refere-se à provisão na controlada indireta RAESA para investimentos a serem realizados em Projetos de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) nos termos da Lei nº 9.991 de 2000 e suas alterações, regulamentada pelas Resoluções Normativas nº 316 de 2008 e nº 504 de 2012 e normas correlatas. A provisão de P&D corresponde ao percentual de 1% da receita operacional líquida, que deve ser aplicado da seguinte forma: 40% retidos para investimento em projetos de pesquisa e desenvolvimento gerenciados pela Companhia, 40% recolhido ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) e 20% recolhidos ao Ministério de Minas e Energia (MME), a fim de custear os estudos e pesquisas de planejamento da expansão do sistema. Em 1º de julho de 2024 do projeto concluído, foi finalizado e realizado o encontro de contas com ativo de P&D;

(ii) Refere-se à obrigação de pagamento devido à entrega inferior do montante de energia contratada em decorrência da indisponibilidade das turbinas versus energia entregue nos períodos, conforme § 1º da cláusula 8ª do Contrato de Compra e Venda de Energia - Fonte Eólica no âmbito do PROINFA da controlada NEO. A receita de venda, conforme o montante contratado, foi recebida em sua totalidade, gerando a obrigação de pagamento em parcelas mensais e sucessivas ao longo do exercício subsequente (vide Nota Explicativa nº 23).

21. Patrimônio líquido (passivo a descoberto)

Capital social

Ações ordinárias

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários.

Ações preferenciais

Classificadas como patrimônio líquido, as ações preferenciais não possuem direito a voto, têm direito a recebimento de dividendo, no mínimo, de 10% (PNA e PNB), 9,42% (PNC) e 8,29% (PND) superior aos atribuídos a detentores de ações ordinárias e possuem prioridade, sem prêmio, em caso de liquidação da Companhia no reembolso de sua parcela do capital social.

Dividendos

Os dividendos mínimos obrigatórios, conforme definido em estatuto, em caso de lucro, são reconhecidos como passivo. Os dividendos aprovados a serem pagos ou fundamentados em obrigações estatutárias são registrados no passivo circulante. O estatuto social da Companhia estabelece a distribuição de dividendos mínimos obrigatórios correspondentes a 25% do lucro líquido ajustado e o pagamento de dividendos fixos e não cumulativos às ações preferenciais classe C e classe D, nos termos dos parágrafos sétimo e oitavo e para as ações preferenciais classe A e B no mínimo 10% superiores aos atribuídos às ações ordinárias nos termos dos parágrafos quinto (a) e sexto (b) do artigo 5º do Estatuto. Adicionalmente, de acordo com o estatuto social, compete ao Conselho de Administração deliberar sobre o pagamento de juros sobre o capital próprio e de dividendos intermediários e/ou intercalares.

a) Capital social subscrito e integralizado

Em 30 de setembro de 2025, o capital social da Companhia é de R$ 855.828 integralizado e R$ 6 subscrito dividido em 14.721.297 ações, conforme composição das ações demonstrada abaixo:

Acionistas	Quantidade		Ações ordinárias	Ações preferenciais Classe D	Ações preferenciais Classe C	Ações preferenciais Classe B	Ações preferenciais Classe A
Bolognesi Energia S.A.	2.708.536	18,40%	2.708.534	1	1	-	-
Brasilterm Energia S.A	1.380.846	9,38%	1.380.846	-	-	-	-
FIP Multiner	10.631.915	72,22%	3.788.360	-	-	6.532.211	311.344
Total	**14.721.297**	**100%**	**7.877.740**	**1**	**1**	**6.532.211**	**311.344**

Todas as ações emitidas estão integralizadas. A Companhia possui ações ordinárias e preferenciais de classes A, B, C e D, conforme descrito no quadro acima.

b) Ações preferenciais

De acordo com a assinatura do Contrato de Reorganização e Financiamento da Companhia, as ações resgatáveis foram convertidas em ações preferenciais.

Em 28 de março de 2012, foi autorizada a conversão da totalidade das ações preferenciais resgatáveis em ações preferenciais classe A de emissão da Companhia, em proporção de 1:1, tendo como titular o Multiner Fundo de Investimento em Participações, e que apresentam características similares às antigas ações preferenciais resgatáveis. Tais ações são conversíveis tanto em ordinárias quanto em preferenciais classe B com característica de capital social, esta última, mediante a realização de ações previstas no Contrato de Reorganização e de Financiamento da Companhia que já foram integralmente atendidas.

c) Reserva de capital

Refere-se a: **(i)** ágio no valor de R$ 78.115 gerado na Combinação de Negócios, referente à aquisição da 2007 Participações S.A. realizada em 2009; e **(ii)** reserva de ágio de subscrição de ações, no montante de R$ 465.801, pelo aumento de capital com a emissão de ações preferenciais resgatáveis realizada em 2008 e posterior atualização, totalizando R$ 543.916 em 30 de setembro de 2025.

d) Ajuste de avaliação patrimonial

Em abril de 2022, a Companhia adquiriu 20% da participação acionária da Eólica na controlada NEO, decorrente à transação, foi gerado o ajuste de avaliação patrimonial no montante de R$ 87.870.

e) Resultado por ação

Conforme CPC 41 – Resultado por Ação, o objetivo do cálculo do resultado por ação é de permitir comparações de desempenho entre diferentes Companhias no mesmo período, bem como, para a mesma Companhia em períodos diferentes.

Não existem opções de ações com efeito dilutivo para os períodos apresentados, exceto pelos efeitos que possam surgir das negociações do Contrato de Reorganização e de Financiamento da Companhia, que está sendo discutido entre as partes, após a decisão proferida em 05 de abril de 2022 no procedimento arbitral perante a Câmara de Conciliação, Mediação e Arbitragem CIESP/FIESP, conforme descrito em Nota Explicativa nº 1.2.

A tabela a seguir apresenta o lucro líquido básico por ação em 30 de setembro de 2025 e 2024:

Lucro por ação

	30.09.2025	30.09.2024
Numerador		
Lucro liquido do período	**38.227**	**29.239**
Denominador (número de ações)		
Média ponderada do número de ações ordinárias	7.877.740	7.877.740
Média ponderada do número de ações preferenciais – Classes A e B	6.843.555	6.843.555
Número de ações preferenciais – Classe C 1 1	1	1
Número de ações preferenciais – Classe D 1 1	1	1
Remuneração das ações preferenciais – Classes A e B – 10%	1,10	1,10
Remuneração das ações preferenciais – Classe C – 9,42%	1,09	1,09
Remuneração das ações preferenciais – Classe D – 8,29%	1,08	1,08
Média ponderada do número de ações preferenciais	7.527.913	7.527.913
Denominador ajustado		
Denominador do resultado básico por ação	14.721.297	14.721.297
Denominador do resultado básico por ação ajustado	15.405.653	15.405.653
Lucro básico por ação		
Lucro básico por ação ordinária	0,00248	0,00190
Lucro básico por ação preferencial – Classes A e B	0,00273	0,00209
Lucro básico por ação preferencial – Classe C	0,00270	0,00207
Lucro básico por ação preferencial – Classe D	0,00268	0,00205
Composição do Lucro		
Lucro básico por ação ordinária	19.548	14.951
Lucro básico por ação preferencial – Classes A e B	18.679	14.288
Lucro básico por ação preferencial – Classe C	0,0027	0,0021
Lucro básico por ação preferencial – Classe D	0,0027	0,0020
Total	**38.227**	**29.239**

22. Passivos contingentes

22.1. Causas prováveis

A Companhia reconhece as provisões para demandas judiciais com base na avaliação da probabilidade do risco de perda, cuja materialização, na avaliação dos assessores jurídicos, seja provável de perda. Essas perdas são baseadas na probabilidade de sucumbência estimada e previstas em análise individual para cada processo judicial.

Em 30 de setembro de 2025, a Companhia e suas controladas possuíam processos com probabilidade de perda provável, conforme demonstrado abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	30.09.2025	**31.12.2024**	**30.09.2025**	**31.12.2024**
Trabalhista (i)	-	831	39	831
Cível (ii)	-	-	470	419
Fundiário (iii)	-	-	4.970	2.416
Administrativo (iv)	-	-	566	525
Total	**-**	**831**	**6.045**	**4.191**

(i) As contingências trabalhistas referem-se às reclamações em que se reivindica o pagamento de horas adicionais, participações em lucros e demais verbas trabalhistas;

(ii) A controlada NEO possui dois processos judiciais de natureza cível. A classificação de risco em 30 de setembro de 2025 é provável no valor de R$ 470 (R$ 419 em 31 de dezembro de 2024);

(iii) A controlada NEO possui 10 contingências de natureza fundiária. A classificação de risco em 30 de setembro de 2025 é provável no valor de R$ 4.970 (3 contingências de natureza fundiária em 31 de dezembro de 2024 no valor de R$ 2.416), o incremento verificado decorreu de alterações nas premissas de prognóstico; e

(iv) A controlada NEO possui um processo administrativo, de natureza tributária, referente à cobrança de taxa de licença da atividade industrial de geração de energia elétrica com base em fonte eólica, pelo Município de Macau/RN. A classificação de risco em 30 de setembro de 2025 é provável no valor de R$ 566 (R$ 525 em 31 de dezembro de 2024).

22.2. Causas possíveis

Em 30 de setembro de 2025, a Companhia e suas controladas possuem, em andamento, processos judiciais, cujo montante total é de R$ 8.167 na controladora (R$ 45.779 em 31 de dezembro de 2024) e R$ 74.602 no consolidado (R$ 320.332 em 31 de dezembro de 2024), cuja materialização, na avaliação dos assessores jurídicos, é possível de perda, não sendo necessária a constituição de provisão para estas demandas judiciais.

	Controladora		Consolidado	
	30.09.2025	**31.12.2024**	**30.09.2025**	**31.12.2024**
Cível (i)	-	39.137	203	257.259
Trabalhista (ii)	-	1	599	727
Fundiário (iii)	-	-	22	19
Tributário (iv)	8.167	6.641	66.266	54.812
Regulatório (v)	-	-	7.512	7.515
Total	**8.167**	**45.779**	**74.602**	**320.332**

(i) A Companhia e suas controladas possuem processos judiciais de natureza cível, com valor em risco de R$ 203 em 30 de setembro de 2025 (R$ 257.259 em 31 de dezembro de 2024). As demandas cíveis com probabilidade possível, resumem-se à:

a. Ação de Execução por título extrajudicial movida por Fundiágua – Fundação de Previdência Complementar em face da Companhia, decorrente de suposto crédito de debêntures vencidas. Em setembro de 2025 a contingência foi reclassificada para remota, motivo pelo qual o valor em risco em 30 de setembro de 2025 é de R$ 0 (R$ 39.137 em 31 de dezembro de 2024);
b. Ação de Execução de Título Extrajudicial movida pela Spesi em face da Companhia e da controlada indireta RAESA. Em julho de 2025, as Partes firmaram Termo de Acordo resultando na extinção da execução (Vide Nota Explicativa nº 18.1) (R$166.198 em 31 de dezembro de 2024);

c. Ação de Execução movida pela Celos em face da Companhia e da controlada indireta RAESA. Em agosto de 2025 as Partes firmaram acordo resultando na extinção da execução (Vide Nota Explicativa nº 18.2) (R$ 51.251 em 31 de dezembro de 2024); e
d. Ação de Cobrança movida pela Construtora Jole em face da controlada Pernambuco IV. As Partes firmaram acordo, o qual já foi devidamente cumprindo, no entanto, permanece discussão acerca dos honorários advocatícios sucumbenciais, cujo valor em risco em 30 de setembro de 2025 é de R$ 203 (R$ 673 em 31 de dezembro de 2024).

(ii) A controlada NEO possui 05 processos judiciais de natureza trabalhista, com valor em risco em 30 de setembro de 2025 de R$ 599 (R$ 727 em 31 de dezembro de 2024), os quais são pleiteados o reconhecimento da responsabilidade subsidiária, nulidade do contrato de prestação de serviços, reconhecimento de vínculo empregatício, horas intervalares, equiparação salarial, horas extras, entre outros;

(iii) A controlada NEO possui 01 processo judicial de natureza fundiária, com valor em risco em 30 de setembro de 2025 de R$ 22 (R$ 19 em 31 de dezembro de 2024), cujo objeto versa em obrigação de prestação de contas referente aos contratos de arredamento do Parque Eólico;

(iv) A Companhia e as controladas possuem processos tributários de natureza administrativa judicial, com valor em risco em 30 de setembro de 2025 de R$ 66.266 (R$ 54.812 em 31 de dezembro de 2024). As demandas tributárias, com probabilidade possível, resumem-se à:

a. Ação de Execução Fiscal ajuizada pela União Federal em face da Companhia para a cobrança de supostos débitos a título de (i) Imposto sobre Operações Financeiras (“IOF”) do período de maio de 2013 e janeiro até julho de 2016, referente a transações entre partes relacionadas. A Companhia defende que as operações de mútuo entre as empresas do grupo não poderiam ser consideradas como crédito rotativo. O valor em risco em 30 de setembro de 2025 é de R$ 8.167 (R$ 6.641 em 31 de dezembro de 2024);
b. Auto de Infração lavrado para exigência de IRPJ e CSLL relativos ao ano calendário de 2021 em razão de suposta exclusão indevida no ato de apuração destes tributos relativos à variação monetária de empréstimos e financiamentos que foram objeto de provisão; e de valores de reembolso, recebidos a título de sub-rogação da Conta de Consumo de Combustíveis (“CCC”) da controlada indireta RAESA. O valor em risco em 30 de setembro de 2025 é de R$ 34.997 (R$ 32.530 em 31 de dezembro de 2024);
c. Processo administrativo relativo a auto de infração lavrado sob alegação de insuficiência no recolhimento de IRPJ e CSLL no período de 2012 da controlada indireta RAESA. O valor em risco em 30 de setembro de 2025 é de R$ 9.649 (R$ 50.303 classificado como remoto em 31 de dezembro de 2024);
d. Processos administrativos decorrentes de indeferimento e não homologação da PER/DCOMP apresentados pela controlada indireta RAESA. O valor em risco em 30 de setembro de 2025 é de R$ 6.398 (R$ 5.938 classificado como remoto em 31 de dezembro de 2024);
e. Auto de Infração lavrado pelo Delegado da Receita Federal do Brasil em face da controlada indireta RAESA, referente à cobrança de IOF sobre operações de crédito efetuada pela controlada. Após decisão mantendo o auto de infração, a RAESA realizou a compensação (DCOMP), quitando o débito. em 30 de setembro de 2025 o valor é de R$ 0 (R$ 2.377 em 31 de dezembro de 2024).
f. Auto de Infração lavrado pela Receita Federal do Brasil em face da controlada NEO, referente à exigência de Contribuição ao PIS e COFINS, competência 2011. O valor em risco em 30 de setembro de 2025 é de R$ 4.544 (R$ 2.716 em 31 de dezembro de 2024);
g. Processos administrativos decorrente de indeferimento e não homologação da PER/DCOMP apresentados pela controlada NEO. O valor em risco em 30 de setembro de 2025 é de R$ 2.191 (R$ 4.016 em 31 de dezembro de 2024); e

h. Processos Administrativos movidos pelo Município de Guamaré/RN em face da controlada NEO, referente à cobrança de taxa de localização e funcionamento dos aerogeradores localizados no município. O valor em risco em 30 de setembro de 2025 é de R$ 320 (R$ 594 em 31 de dezembro de 2024).

(v) A controlada indireta RAESA possui processo judicial de natureza regulatória, em face da Aneel, visando o enquadramento da conversão da operação da UTE Cristiano Rocha a gás natural no mecanismo de sub-rogação dos benefícios da CCC e o reembolso dos investimentos realizados pela controlada indireta RAESA. Em setembro de 2023, foi proferida sentença de improcedência do pedido, com condenação da controlada indireta RAESA em honorários de sucumbência, sendo opostos embargos de declaração pela controlada indireta RAESA, pendente de julgamento pelo juízo de primeiro grau. A classificação em 30 de setembro de 2025 é de perda possível no valor atualizado de R$ 6.777 referente aos honorários sucumbenciais (R$ 6.806 em 31 de dezembro de 2024).

23. Receita operacional líquida

	Consolidado		Consolidado	
	Período de nove meses findo em 30 de setembro		Período de três meses findo em 30 de setembro	
	30.09.2025	30.09.2024	30.09.2025	30.09.2024
Vendas de energia contratada (i)	229.139	218.855	77.563	73.195
Suprimento de Energia Elétrica (ii)	(93.343)	(91.841)	(55.440)	(39.635)
Receita com operação e manutenção – O&M (iii)	20.402	37.926	1	12.748
Mercado de curto prazo CCEE	74	355	-	170
Total receita operacional bruta	**156.272**	**165.295**	**22.124**	**46.478**
P&D s/faturamento	(1.398)	(1.336)	(676)	(447)
PIS s/ faturamento	(2.737)	(3.008)	(896)	(1.008)
COFINS s/ faturamento	(12.604)	(13.859)	(4.126)	(4.648)
ICMS s/ faturamento	(5.095)	(9.522)	-	(3.174)
Total deduções da receita	**(21.834)**	**(27.725)**	**(5.698)**	**(9.277)**
Total receita operacional liquida	**134.438**	**137.570**	**16.426**	**37.201**

(i) Refere-se à parcela estabelecida pelo contrato PROINFA, firmado entre a controlada NEO e a Empresa Brasileira de Participação em Energia Nuclear e Binacional S.A. (“ENBPar”);

(ii) A variação da receita com suprimento de energia elétrica refere-se à entrega inferior de energia da controlada NEO em 30 de setembro de 2025. O ajuste contratual é realizado em função da entrega inferior de energia contratada e está descrito conforme parágrafo 1º da cláusula 8ª do Contrato de Compra e Venda de Energia – Fonte Eólica no âmbito do PROINFA; e

(iii) O valor apresentado como “Receita com operação e manutenção - O&M” refere-se à parcela estabelecida no contrato de suprimento de energia firmado entre a controlada indireta RAESA junto à Amazonas Energia, o qual prevê o pagamento referente à operação e manutenção da Usina, calculado pela multiplicação do total mensal da energia fornecida pela parcela do preço de energia fornecida referente à operação e manutenção do mês vigente. A redução apresentada entre períodos refere-se à receita apurada da controlada indireta RAESA até 19 de maio de 2025 (vide Nota Explicativa nº 1).

23.1. Informações desagregadas da receita

A receita operacional da Companhia é oriunda da venda de energia elétrica de origem renovável através de fonte eólica no âmbito do PROINFA, e receita de operação e manutenção de fonte térmica à base de gás natural, conforme estabelecido em contrato, e é composta conforme demonstração a seguir:

	Consolidado		Consolidado	
	30.09.2025		30.09.2024	
	Fontes eólicas	Fontes térmicas	Fontes eólicas	Fontes térmicas
Vendas de energia contratada	229.139	-	218.855	-
Suprimento de Energia Elétrica	(93.342)	-	(91.841)	-
Receita com operação e manutenção – O&M	-	20.401	-	37.926
Mercado de curto prazo CCEE	-	74	-	355
Total receita operacional bruta	**135.797**	**20.475**	**127.014**	**38.281**

23.2. Ativos e passivos de contrato

Em conformidade ao Pronunciamento Técnico CPC 47 – Receita de Contrato de Cliente, os ativos e passivos vinculados à venda de energia, cujo direito à contraprestação está condicionado à satisfação de obrigação de desempenho, são classificados como ativos e passivos de contrato e apresentam os seguintes saldos:

	Consolidado	
	30.09.2025	31.12.2024
Contas a receber (Nota Explicativa n° 5)	30.300	69.443
Suprimento de energia elétrica (Nota Explicativa n°20.2 (ii))	159.860	135.258

Para o período findo em 30 de setembro de 2025, a Companhia não identificou indícios de perda do valor recuperável para os ativos de contrato.

23.3. Obrigações de performance

A Companhia possui uma única obrigação de performance de contrato e que é satisfeita pela entrega da energia, momento em que o ativo é considerado transferido para o cliente, sendo o pagamento dentro do prazo de 20 a 45 dias.

Atrelado à obrigação de performance da parcela estabelecida no contrato de suprimento de energia, está previsto o pagamento referente à operação e à manutenção da Usina, e as premissas do cálculo são variáveis de acordo com a energia fornecida.

24. Custos operacionais

	Consolidado		Consolidado	
	Período de nove meses findo em 30 de setembro		Período de três meses findo em 30 de setembro	
	30.09.2025	30.09.2024	30.09.2025	30.09.2024
Encargos de uso e conexão do sistema de transmissão (i)	(14.492)	(14.182)	(4.291)	(5.124)
Operação e manutenção (O&M) (ii)	(43.008)	(49.837)	(15.192)	(17.783)
Pessoal e encargos (iii)	(5.038)	(6.068)	(201)	(2.033)
Seguros	(3.230)	(4.708)	(423)	(1.599)
Depreciação (iv)	(51.923)	(44.311)	(11.897)	(14.948)
Amortização mais-valia (v)	(8.133)	(8.133)	(2.711)	(2.711)
Aluguéis (vi)	(3.272)	(742)	(1.677)	(118)
Outros	(3.949)	(3.582)	(1.646)	(1.095)
Total dos custos operacionais	**(133.045)**	**(131.563)**	**(38.038)**	**(45.411)**

(i) Refere-se aos encargos dos Contratos de Uso do Sistema de Transmissão (CUST) da controlada NEO. A variação entre períodos é decorrente do reajuste pelo IPCA;

(ii) A redução entre os períodos refere-se aos custos com serviços de manutenção preventiva e corretiva dos aerogeradores, incluindo as peças e a mão de obra da controlada NEO, e manutenção preventiva dos motores da controlada indireta RAESA ocorridos nos 9M24;

(iii) A redução na rubrica é reflexo do encerramento do contrato de suprimento de energia ocorrido em 20 de maio de 2025 da controlada indireta RAESA (vide Nota Explicativa nº 1);

(iv) O aumento da depreciação deve-se à mudança de vida útil do arrendamento da controlada indireta RAESA, que antes estava limitada ao período de novembro de 2026, sendo alterado para a vida útil estabelecida pelo contrato de suprimentos de energia que se encerrou em 20 de maio de 2025 (vide Nota Explicativa nº 1);

(v) Refere-se à amortização da mais-valia dos ativos fixos imobilizados e intangíveis existentes na data da avaliação pela aquisição de controle, a serem depreciados pela vida útil estimada dos ativos existentes na data da avaliação; e

(vi) Refere-se ao custo com locação de guindaste e demais equipamentos. A variação entre períodos se dá em razão do cronograma de manutenções corretivas das pás da controlada NEO.

25. Despesas operacionais

25.1. Gerais e administrativas

	Controladora		Controladora		Consolidado		Consolidado	
	Período de nove meses findo em 30 de setembro		Período de três meses findo em 30 de setembro		Período de nove meses findo em 30 de setembro		Período de três meses findo em 30 de setembro	
	30.09.2025	30.09.2024	30.09.2025	30.09.2024	30.09.2025	30.09.2024	30.09.2025	30.09.2024
Pessoal e administradores	(1.519)	(1.002)	(896)	(409)	(5.171)	(3.126)	(3.060)	(1.451)
Serviços de terceiros (i)	(1.501)	(848)	(344)	(218)	(5.481)	(6.196)	(1.330)	(2.244)
(Provisão) reversão de passivos contingentes (ii)	831	(2)	831	-	(1.309)	21.037	792	19.906
Depreciação	(88)	(21)	(28)	(16)	(128)	(482)	(42)	(482)
Outras	(60)	(99)	(27)	(16)	(1.045)	(1.607)	(123)	(106)
Total despesas administrativas	**(2.337)**	**(1.972)**	**(464)**	**(659)**	**(13.134)**	**9.626**	**(3.763)**	**15.623**

(i) A variação refere-se a despesas adicionais em razão da necessidade da contratação, na controlada NEO, de assessores técnicos e financeiros para subsidiar a reorganização societária em curso; e

(ii) A variação está relacionada à (provisão) e reversão de passivos contingentes da controlada NEO que tiveram alteração de prognóstico.

25.2. Outras receitas (despesas)

	Controladora		Controladora		Consolidado		Consolidado	
	Período de nove meses findo em 30 de setembro		Período de três meses findo em 30 de setembro		Período de nove meses findo em 30 de setembro		Período de três meses findo em 30 de setembro	
	30.09.2025	30.09.2024	30.09.2025	30.09.2024	30.09.2025	30.09.2024	30.09.2025	30.09.2024
Ressarcimento de glosa (i)	-	-	-	-	614	-	-	-
Outras receitas (despesas)	56	-	5	-	87	5	7	5
Total outras receitas e (despesas)	**56**	**-**	**5**	**-**	**701**	**5**	**7**	**5**

(i) A variação da rubrica refere-se ao ressarcimento de glosa de R$ 614 mil da controlada NEO.

26. Resultado financeiro

	Controladora		Controladora		Consolidado		Consolidado	
	Período de nove meses findo em 30 de setembro		Período de três meses findo em 30 de setembro		Período de nove meses findo em 30 de setembro		Período de três meses findo em 30 de setembro	
	30.09.2025	30.09.2024	30.09.2025	30.09.2024	30.09.2025	30.09.2024	30.09.2025	30.09.2024
Receita sobre aplicação financeira (i)	-	107	-	17	53.377	48.072	12.279	18.239
Juros ativo sobre mútuos	6	10	2	1	6	1.237	6	1.237
Juros ativos créditos tributários	-	-	-	(1)	3.571	2.080	1.416	124
Variação cambial ativa	-	-	-	-	4	200	-	-
Descontos obtidos (ii)	-	2	-	1	50.556	4	50.556	2
Receita de arrendamento financeiro (iii)	-	-	-	-	36.132	89.286	-	29.762
Juros sobre arrendamento (iv)	-	-	-	-	315	2.459	-	746
Bônus adimplência (v)	-	-	-	-	5.572	6.077	1.719	1.969
Juros sobre demandas judiciais	-	-	-	-	10	-	10	-
Outras receitas financeiras	720	-	269	-	774	-	245	-
Total receitas financeiras	**726**	**119**	**271**	**18**	**150.317**	**149.415**	**66.231**	**52.079**
Juros sobre empréstimos	-	-	-	-	(56.833)	(72.820)	(11.755)	(24.756)
Custo de captação	-	-	-	-	(1.256)	(1.443)	(303)	(484)
Juros sobre debêntures	(1.544)	(1.766)	(247)	(733)	(1.544)	(1.766)	(247)	(733)
Juros sobre mútuos	(7.260)	(5.138)	(2.270)	(1.818)	-	(1.238)	-	(1.238)
IOF	(110)	(5.660)	(34)	(109)	(2.363)	(6.698)	(1.121)	(318)
Variação monetária sobre empréstimos (vi)	-	-	-	-	(1.001)	(19.795)	(1.460)	(11.527)
Variação monetária sobre debêntures	35	(220)	178	(137)	35	(220)	178	(138)
Variação monetária outras	-	-	122	-	(117)	(677)	638	(208)
Multas fiscais	-	-	-	-	(333)	(112)	(241)	(53)
Acréscimos contratuais (vii)	-	-	-	-	(16.232)	(13.595)	(3.521)	(3.617)
Desmobilização	-	-	-	-	(3.065)	(2.575)	(482)	(441)
Atualização de arrendamentos	-	-	-	-	(2.098)	(2.237)	(711)	(728)
Outras despesas	(35)	(24)	(12)	(8)	(3.377)	(5.073)	(170)	(2.171)
Total despesas financeiras	**(8.914)**	**(12.808)**	**(2.263)**	**(2.805)**	**(88.184)**	**(128.249)**	**(19.195)**	**(46.412)**
Total resultado financeiro líquido	**(8.188)**	**(12.689)**	**(1.992)**	**(2.787)**	**62.133**	**21.166**	**47.036**	**5.667**

(i) A variação entre os períodos está relacionada ao aumento do saldo em caixa atrelado ao indexador de remuneração dos saldos de aplicação financeira que são remunerados a uma taxa média ponderada de 10,36% do CDI em 30 de setembro 2025 (10,85% do CDI em 30 de setembro de 2024);

(ii) A variação entre os períodos está relacionada ao desconto obtido na quitação de empréstimo da controlada RAESA em agosto de 2025 no valor de R$ 50.549 (vide Nota Explicativa nº 18.2);

(iii) Refere-se à receita do contrato de arrendamento da controlada indireta RAESA, conforme CPC 06 (vide Nota Explicativa nº 9.1). A variação entre períodos ocorreu em razão da reversão da UTE Cristiano Rocha para a Amazonas Energia (vide Nota Explicativa nº 1);

(iv) Refere-se à atualização dos juros sobre arrendamento a receber do contrato de arrendamento da controlada indireta RAESA (vide Nota Explicativa nº 9.1);

(v) Refere-se a bônus vinculado à adimplência dos contratos de financiamento das UEEs Alegria I e Alegria II junto ao BNB da controlada NEO;

(vi) A principal variação está relacionada ao indexador IGP-M, diretamente atrelado ao cálculo de atualização dos saldos dos empréstimos e financiamentos, que em 30 de setembro de 2025 apresentou uma baixa acumulada de -1,67% frente a uma alta acumulada de 0,42% em 30 de setembro de 2025; e

(vii) Acréscimos contratuais estabelecidos no acordo da Vibra/BR (vide Nota Explicativa nº 16).

27. Imposto de renda e contribuição social

A Companhia e suas controladas são tributadas pelo regime de lucro real e, no segundo trimestre findo em 30 de setembro de 2025, acumulava prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social no montante consolidado de R$ 991.651 (R$ 977.736 em 30 de setembro de 2024).

	Controladora		Controladora		Consolidado		Consolidado	
	Período de nove meses findo em 30 de setembro		Período de três meses findo em 30 de setembro		Período de nove meses findo em 30 de setembro		Período de três meses findo em 30 de setembro	
	30.09.2025	30.09.2024	30.09.2025	30.09.2024	30.09.2025	30.09.2024	30.09.2025	30.09.2024
Lucro antes do IRPJ e CSLL	**38.227**	**29.239**	**10.988**	**11.106**	**51.090**	**36.804**	**21.665**	**13.085**
Efeitos fiscais sobre:								
Adições / (exclusões)	(49.603)	(43.900)	(14.346)	(14.552)	(32.347)	(21.177)	(13.787)	(19.360)
Constituição e/ou compensação de prejuízo fiscal e base negativa da CSLL de exercícios anteriores	-	-	-	-	(26.348)	(14.965)	(8.298)	1.920
Total tributável	**(11.376)**	**(14.661)**	**(3.358)**	**(3.446)**	**(7.605)**	**662**	**(420)**	**(4.355)**
IRPJ 15%	-	-	-	-	(9.222)	(6.991)	(2.904)	(76)
IRPJ - Adicional - 10%	-	-	-	-	(6.112)	(4.630)	(1.924)	(50)
CSLL 9%	-	-	-	-	(5.533)	(4.195)	(1.743)	(45)
IRPJ e CSLL correntes	**-**	**-**	**-**	**-**	**(20.867)**	**(15.816)**	**(6.571)**	**(171)**
Incentivos fiscais (Sudam / Sudene)	-	-	-	-	6.899	6.969	(3.606)	(2.328)
Despesas (crédito) de impostos de renda e contribuição efetiva	**-**	**-**	**-**	**-**	**(13.968)**	**(8.847)**	**(10.177)**	**(2.499)**
Alíquota efetiva - %	**0,00%**	**0,00%**	**0,00%**	**0,00%**	**-27,34%**	**-24,04%**	**-17,72%**	**2,72%**

28. Instrumentos financeiros e gerenciamento de risco

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado.

A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com essas operações estão condizentes com as diretrizes e estratégias definidas pela Administração da Companhia.

Valor justo versus valor contábil

A Companhia revisou os principais instrumentos financeiros ativos e passivos em 30 de setembro de 2025, bem como os critérios para a sua valorização, avaliação, classificação e os riscos a eles relacionados. Os valores justos dos ativos e passivos financeiros, juntamente com os valores contábeis apresentados no balanço patrimonial, são os seguintes:

		Controladora			
		30.09.2025		31.12.2024	
	Mensuração	Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Ativo circulante e não circulante					
Caixa e equivalentes de caixa (NE 04)	Custo amortizado	3	3	51	51
Partes relacionadas (NE 08)	Custo amortizado	412.175	412.175	410.361	410.361
Passivo circulante e não circulante					
Fornecedores (NE 16)	Custo amortizado	459	459	137	137
Partes relacionadas (NE 08)	Custo amortizado	100.984	100.984	87.091	87.091
Empréstimos, financiamentos e debêntures (NE 18)	Custo amortizado	24.561	24.561	23.052	23.052

		Consolidado			
		30.09.2025		31.12.2024	
	Mensuração	Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Ativo circulante e não circulante					
Caixa e equivalentes de caixa (NE 04)	Custo amortizado	224.212	224.212	607.270	607.270
Contas a receber (NE 05)	Custo amortizado	30.300	30.300	69.443	69.443
Partes relacionadas (NE 08)	Custo amortizado	408.117	408.117	408.117	408.117
Passivo circulante e não circulante					
Fornecedores (NE 16)	Custo amortizado	179.217	179.217	163.005	163.005
Passivos de arrendamento (NE 09)	Custo amortizado	17.039	17.039	17.950	17.950
Partes relacionadas (NE 08)	Custo amortizado	302.360	302.360	302.132	302.132
Empréstimos, financiamentos e debêntures (NE 18)	Custo amortizado	854.260	854.260	1.467.813	1.467.813

Para todas as operações apresentadas na tabela acima, a Companhia considera que o valor justo se equipara ao valor contábil, uma vez que, para essas operações, o valor contábil reflete o valor de liquidação naquela data.

Hierarquia de valor justo

A tabela abaixo apresenta instrumentos financeiros registrados pelo valor justo, utilizando um método de avaliação.

		Controladora			
		30.09.2025		31.12.2024	
	Nível	Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Ativo circulante e não circulante					
Caixa e equivalentes de caixa (NE 04)	Nível 2	3	3	51	51
Partes relacionadas (NE 08)	Nível 2	412.175	412.175	410.361	410.361
Passivo circulante e não circulante					
Fornecedores (NE 16)	Nível 2	459	459	137	137
Partes relacionadas (NE 08)	Nível 2	100.984	100.984	87.091	87.091
Empréstimos, financiamentos e debêntures (NE 18)	Nível 2	24.561	24.561	23.052	23.052

		Consolidado			
		30.09.2025		31.12.2024	
	Nível	Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Ativo circulante e não circulante					
Caixa e equivalentes de caixa (NE 04)	Nível 2	224.212	224.212	607.270	607.270
Contas a receber (NE 05)	Nível 2	30.300	30.300	69.443	69.443
Partes relacionadas (NE 08)	Nível 2	408.117	408.117	408.117	408.117
Passivo circulante e não circulante					
Fornecedores (NE 16)	Nível 2	179.217	179.217	163.005	163.005
Partes relacionadas (NE 08)	Nível 2	302.360	302.360	302.132	302.132
Passivos de arrendamento (NE 09)	Nível 2	17.039	17.039	17.950	17.950
Empréstimos, financiamentos e debêntures (NE 18)	Nível 2	854.260	854.260	1.467.813	1.467.813

Os diferentes níveis foram definidos como a seguir:

- Nível 1 – preços cotados (não ajustados) em mercados ativos, para ativos e passivos e idênticos;
- Nível 2 – *inputs*, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços);
- Nível 3 – premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

Classificação e mensuração dos instrumentos financeiros

Os cálculos do valor de mercado e respectivas classificações seguem as seguintes considerações:

- **Caixa e equivalente de caixa:** os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa as aplicações financeiras de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um risco insignificante de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, a contar da data da contratação; e
- **Empréstimos e financiamentos:** estão mensurados pelo custo amortizado, sendo classificados como passivo financeiro ao custo amortizado.

Para as demais rubricas, o valor contábil dos instrumentos financeiros é uma aproximação razoável do valor justo. Logo, a Companhia optou por divulgá-los com valores equivalentes ao valor contabilizado.

Administração financeira de risco

A Administração monitora diariamente os principais indicadores macroeconômicos, e seus impactos nos resultados, visando definir suas estratégias de gerenciamento de risco.

A Companhia apresenta os seguintes riscos:

- Risco de liquidez;
- Risco de crédito;
- Riscos de mercado.

a) Risco de liquidez

A diretriz de gerenciamento de risco de liquidez implica em manter um nível seguro de disponibilidade de caixa e acessos a recursos imediatos. A Companhia considera como metodologia que, 80% dos recursos devem possuir liquidez diária e 20% pode ter carência de até 180 dias, sempre respeitando a aderência do seu fluxo de caixa.

A seguir estão as maturidades contratuais dos passivos financeiros, considerando as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e os juros a vencer até o final do contrato.

	Controladora						
30 de setembro de 2025	Valor contábil	Fluxo contratado	Até 12 meses	2 anos	3 anos	4 - 5 anos	Mais de 5 anos
Fornecedores (NE 16)	459	459	459	-	-	-	-
Empréstimos, financiamentos e debêntures (NE 18)	24.561	24.561	24.561	-	-	-	-

	Consolidado						
30 de setembro de 2025	Valor contábil	Fluxo contratado	Até 12 meses	2 anos	3 anos	4 - 5 anos	Mais de 5 anos
Fornecedores (NE 16)	179.217	179.217	10.904	168.313	-	-	-
Passivos de arrendamento (NE 09)	17.039	17.039	872	1.744	2.616	4.360	7.447
Empréstimos, financiamentos e debêntures (NE 18)	854.260	854.260	128.607	234.498	188.880	172.176	130.099

b) Risco de crédito

Quanto ao risco de crédito associado às aplicações financeiras, a Companhia realiza operações somente em instituições financeiras avaliadas com rating A ou superior. Os recursos são aplicados em renda fixa e evita a concentração em mais de 50% do valor total de caixa disponível em uma única instituição financeira. O saldo de contas a receber da Companhia está relacionado às empresas Eletronorte e ENBPar (Empresa Brasileira de Participações em Energia Nuclear e Binacional S.A.).

	Controladora		Consolidado	
	30.09.2025	31.12.2024	30.09.2025	31.12.2024
Caixa e equivalentes de caixa (NE 04)	3	51	224.212	607.270
Contas a receber (NE 05)	-	-	30.300	69.443
Partes relacionadas (NE 08)	412.175	410.361	408.117	408.117

c) Risco de mercado

Risco de taxa de juros

A Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado, com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de operações para se proteger contra o risco de volatilidade dessas taxas e adota diretriz conservadora de captação e aplicação de seus recursos financeiros.

	Controladora		Consolidado	
	30.09.2025	31.12.2024	30.09.2025	31.12.2024
Ativo circulante e não circulante				
Caixa e equivalentes de caixa (NE 04)	3	51	224.212	607.270
Contas a receber (NE 05)	-	-	30.300	69.443
Partes relacionadas (NE 08) (i)	412.175	410.361	408.117	408.117
Passivo circulante e não circulante				
Fornecedores (NE 16)	459	137	179.217	163.005
Partes relacionadas (NE 08)	100.984	87.091	302.360	302.132
Empréstimos, financiamentos e debêntures (NE 18)	24.561	23.052	854.260	1.467.813

(i) Os montantes tiveram suas atualizações congeladas desde dezembro de 2017, conforme discussões arroladas no procedimento de arbitragem.

Análise de sensibilidade de valor justo para instrumentos de taxa variável em 30 de setembro de 2025

A Administração considerou, como metodologia mais correta, para a estimativa de um “cenário provável”, se basear nas taxas praticadas no mercado, para o período de um ano, do IGP-M em 30 de setembro de 2025. O cenário I considera uma diminuição/aumento de 25% e o cenário II considera uma diminuição/aumento de 50%, da taxa provável apurada nas respectivas datas de análise.

Nos termos do item 9 do CPC 12 (R1) – Ajuste a Valor Presente, dada a ausência de uma estimativa confiável para a apuração do prêmio de risco adequado para os empréstimos e financiamentos, dada a ausência de negociação no mercado secundário dos passivos, e impactos decorrentes do adimplemento, ou não, do Contrato de Reorganização e de Financiamento de Multiner S.A. por suas contrapartes, adotamos, como taxa de desconto, a taxa livre de risco (SELIC) para o cálculo do valor presente dos endividamentos para fins de apuração do valor justo.

		Controladora				
Instrumentos financeiros passivos	**Posição em 30.09.2025**	**Cenário I**	**Cenário II**	**Cenário**	**Cenário I**	**Cenário II**
Debêntures	24.561					
		-50%	**-25%**	**Provável**	**25%**	**50%**
Variação índice Selic		5,36%	8,03%	10,71%	13,39%	16,07%
Exposição - Debêntures		1.316	1.973	2.631	3.289	3.947

		Consolidado				
Instrumentos financeiros passivos	**Posição em 30.09.2025**	**Cenário I**	**Cenário II**	**Cenário**	**Cenário I**	**Cenário II**
Debêntures e Empréstimos	854.260					
		-50%	**-25%**	**Provável**	**25%**	**50%**
Variação índice Selic		5,36%	8,03%	10,71%	13,39%	16,07%
Exposição - Empréstimos e financiamentos		45.759	68.638	91.517	114.397	137.276

		Controladora				
Instrumentos financeiros passivos	**Posição em 31.12.2024**	**Cenário I**	**Cenário II**	**Cenário**	**Cenário I**	**Cenário II**
Debêntures	23.052					
		-50%	**-25%**	**Provável**	**25%**	**50%**
Variação índice Selic		7,38%	11,06%	14,75%	18,44%	22,13%
Exposição - Debêntures		1.700	2.550	3.400	4.251	5.101

		Consolidado				
Instrumentos financeiros passivos	**Posição em 31.12.2024**	**Cenário I**	**Cenário II**	**Cenário**	**Cenário I**	**Cenário II**
Debêntures e Empréstimos	1.467.813					
		-50%	**-25%**	**Provável**	**25%**	**50%**
Variação índice Selic		7,38%	11,06%	14,75%	18,44%	22,13%
Exposição - Empréstimos e financiamentos		108.260	162.390	216.520	270.650	324.780

O cenário provável foi determinado com base nos vencimentos contratuais de cada dívida e a avaliação de mercado foi determinada conforme descrito na definição do valor justo abaixo.

Definição de valor justo

Para o cálculo do valor justo, utilizamos a taxa média de IGP-M divulgada pela Fundação Getúlio Vargas, tanto para o cálculo da taxa de desconto quanto para as projeções dos fluxos de pagamentos das dívidas. Calculamos a taxa de desconto utilizando o IGP-M do período acrescido do spread dos juros dos títulos.

A Companhia entende que a melhor estimativa de avaliação do spread de risco de crédito está relacionada aos movimentos de mercado com o uso das taxas observadas para reavaliação do risco.

Gestão de risco de estrutura de capital

Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia faz para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e a otimização do custo médio ponderado do capital, a Companhia monitora permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado.

Principais ativos e passivos financeiros

Os principais ativos e passivos financeiros utilizados pela Companhia, de que surgem os riscos de instrumentos financeiros, são os seguintes:

- Aplicações financeiras;
- Clientes;
- Empréstimos, financiamentos e debêntures; e
- Fornecedores.

29. Seguros

A Companhia mantém uma política de seguros considerada pela Administração como suficiente para cobrir eventuais perdas, considerando os principais ativos, bem como a responsabilidade civil e de administração inerente a suas atividades.

Os valores segurados são contratados visando a proteção relacionada a possíveis perdas e danos a terceiros e ao patrimônio, e referem-se ao total das apólices vigentes para reembolso em caso de sinistro.

No período findo em 30 de setembro de 2025, o montante global segurado, para cobrir eventuais sinistros e responsabilidade, está assim distribuído:

Companhias	Cobertura	Seguradora	Vigência	Valor Prêmio	Valor Cobertura
New Energy Options Geração de Energia S.A.	Responsabilidade Civil	Mitsui Sumimoto Seguros	01/08/2025 a 01/08/2026	12	20.000
New Energy Options Geração de Energia S.A.	Risco Operacional	SwissRE	06/01/2025 a 06/01/2026	1.846	326.198
Termelétrica Monte Pascoal S.A.	Seguro Patrimonial	Newe Seguros S.A	17/07/2025 a 17/07/2026	26	6.104
Termelétrica Itapebi S.A.	Seguro Patrimonial	MAPFRE Seguros S.A.	27/10/2025 a 27/10/2026	109	30.000
Multiner S.A.	Responsabilidade Civil dos Administradores	Chubb Brasil S.A.	02/06/2025 a 02/06/2026	81	60.000

O escopo dos trabalhos de nossos auditores não inclui emissão de conclusão ou opinião sobre a suficiência da cobertura de seguros, ao qual foi determinado pela Companhia, que considera suficiente para cobrir eventuais sinistros.

30. Eventos Subsequentes

Em 30 de outubro de 2025, foi realizada a renovação da apólice de seguros patrimonial da controlada Termelétrica Itapebi, cuja nova vigência se estende até 27 de outubro de 2026.

***